



# Anais da Assembleia

Nº 156

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1991  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Durval Amaral, João Preis e Luiz Carlos Martins (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

Tendo conhecimento de denúncia formulada ontem, dia 25 de novembro de 1991, pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, no Plenário dessa Assembleia, sobre as condições de trabalho no canteiro de obra

da Indústria de Papel e Celulose Arapoti S/A - INPACEL, vimos à presença de Vossa Excelência no sentido de convidá-lo, bem como os demais Parlamentares para uma visita àquela indústria, para que verifiquem "in loco", a grandiosidade da obra que ali está sendo realizada e os benefícios econômicos e sociais que a mesma trará ao Paraná, bem como, as condições de trabalho ali existentes.

Aguardando instruções de Vossa Excelência, comunico-lhe que colocaremos à sua disposição, tão logo nos informe dia e hora, os meios necessários para locomoção e alojamento dos Senhores Deputados.

Sem outro particular, subscrevemo-nos,  
Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) IND. PAPEL E CELULOSE ARAPOTI S/A  
JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO  
Diretor Presidente

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

Através do presente comunicamos Vossa Excelência que, atendendo determinação médica, deixamos de comparecer à sessão ordinária de ontem, 25 do corrente, para a realização de exames de saúde.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) TOTI COLAÇO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento de discussão e votação do Projeto de Resolução nº 067/91.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3225

Senhor Presidente.

Requeiro a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Resolução nº 075/91, pois o mesmo trata de matéria de grande interesse público e se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo

187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ROSSONI

#### REQUERIMENTO N° 3212-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação ao Projeto de Resolução n° 035/91 de documentos comprovando: número de habitantes e número de eleitores.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 3220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Albino Müller, ocorrido, nesta Capital, dia 22.11.91.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 88 anos faleceu, nesta Capital, em 22.11.91, o Senhor Paulo Albino Müller.

O extinto deixa viúva a Senhora Lúcia Diedrich Müller e três filhos.

Paulo Müller era empresário fundador da "Loja Paulo Müller Presentes" e altamente conceituado nesta Capital.

O passamento de Paulo Müller veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Paulo Albino Müller.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Müller endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 3206

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda do Colégio Pio XII, de Ponta Grossa, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª. Região Militar.

Havendo conquistado o 2º lugar na classificação por categoria e o 2º lugar na classificação geral, a Banda do Colégio Pio XII, de Ponta Grossa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3207

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, de Londrina, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª. Região Militar.

Havendo conquistado o 1º lugar na classificação por categoria e o 1º lugar na classificação geral, a Banda do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, de Londrina, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3208

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda Marcial Infante-Juvenil de Bandeirantes, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª. Região Militar.

Havendo conquistado o 2º lugar na classificação por categoria e o 6º lugar na classificação geral, a Banda Marcial Infanto-Juvenil de Bandeirantes, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 3209

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda Marcial Infanto-Juvenil do CEFET, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 1º lugar na classificação por categoria e o 3º lugar na classificação geral, a Banda Marcial Infanto-Juvenil do CEFET, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 3210

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda da Guarda Mirim de São José dos Pinhais, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 1º lugar na classificação por categoria e o 4º lugar na classificação geral, a Banda da Guarda Mirim de São José dos Pinhais, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Edu-

cação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 3211

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Banda do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Ponta Grossa, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 3º lugar na classificação por categoria e o 5º lugar na classificação geral, a Banda do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Ponta Grossa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 3213

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à poetisa HELENA KOLODY, pela sua condução à Academia Paranaense de Letras.

No dia 21 de novembro próximo passado, a Academia Paranaense de Letras elegeu, para uma de suas cadeiras, a poetisa Helena Kolody. Entretanto, não a tornou imortal.

Não a tornou imortal pelo simples fato que a imortalidade de Helena é a expressão de seus versos. Foi a sua delicada tessitura de rimas e emoções que a fizeram imortal, ao longo de seus 79 anos.

Sua imortalidade, vem dos claros olhos vivos, os mesmos que encantavam sua mãe, enquanto tranqüila, ouvia o canto dos passarinhos.

De admiradora dos mestres Drummond e Cecília Meirelles, passou à condição de admirada. Admirada tanto pelos que começam hoje a gostar de poesia, como pelos que já fazem literaturas há muito tempo.

Helena Kolody é um prêmio para o Paraná. Primeiro porque poderia ter nascido na Ucrânia, que foi Russa e foi Rutênia, mas

veio nascer aqui, no Paraná.

Depois, porque não ensimesmou sua sensibilidade e a transformou em obras belíssimas, que são verdadeiras festas ao espírito do bom leitor.

Helena é simples, despojada e o brilho de sua obra reside, exatamente, na rejeição ao rebuscado. Helena fala às novas gerações coisas que todos falam. Mas Helena sempre diz de um modo diferente, nunca imaginado. Diz que a morte é um vale a ser atravessado, que apesar de no outro lado estar a tranquilidade, há medo na hora de passar. Nessa hora, humilde, pede o apoio do Pai.

Fala dos jovens, como quem pinta estrelas no muro para ter o céu ao alcance das mãos.

Tudo é simbólico, comunicativo... mas sempre simples.

Helena Kolody, de todos os títulos que já recebeu, deve orgulhar-se muito da honra conferida pelo também poeta Paulo Leminski: "A Padroeira da Romaria da Poesia Paranaense".

Helena Kolody é uma jovem de 79 anos, diz-se sempre aprendiz, embora seus 18 livros mostrem o vigor de suas mãos e a agilidade de seus pensamentos.

Ao ser recebida na Academia Paranaense de Letras (título que nunca perseguiu), Helena Kolody sentar-se-á em cadeiras que levam o nome de ilustres autores paranaenses, levando àquela Casa o brilho da incansável normalista que educou e encantou gerações.

Helena Kolody, como todo mundo, recebeu uma estrela de Deus. Fez dela um sol, enquanto muitos, nem conseguiram vê-la.

Parabéns, Helena Kolody, imortal da Poesia do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 3221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, com a máxima urgência, veemente apelo ao Senhor ONAIREVES ROLIM DE MOURA, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, no sentido de que torne sem efeito a intempestiva medida tomada por aquela federação, invertendo o mando do jogo entre o Operário de Ponta Grossa e o Clube Atlético Paranaense.

O povo brasileiro, de um modo geral, e os esportistas em particular, têm sido constantemente agredidos com manobras escusas, que tem acarretado, com muita frequência, a decisão das competições esportivas através de manobras obscuras e alheias ao que preceituam os ideais esportivos.

A transferência de um jogo decisivo do Campeonato Paranaense, com o intuito inequívoco de beneficiar a um dos contendores, feita sumariamente, sem uma apuração acurada das responsabilidades é uma medida que afronta a tradição pacífica e ordeira do povo de Ponta Grossa, que temos a honra de representar nesta Casa.

Pelos motivos expostos, contamos com o indispensável apoio de nossos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, propondo o repasse de verbas às Prefeituras Municipais da faixa litorânea de nosso Estado, a fim de atender despesas com o reforço da segurança nas praias, durante a temporada de verão.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) GERALDO CARTARIO

#### JUSTIFICATIVA:

O intenso afluxo de turistas às nossas praias, durante a temporada de verão, cria todos os anos o problema da segurança à beira-mar. É inestimável a qualidade dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros de nossa Polícia Militar, cujo efetivo, lamentavelmente, é muito reduzido. No último fim-de-semana, apenas num espaço de 1.500 metros morreram afogadas cinco pessoas, o que demonstra o nível precário do padrão de segurança nas praias.

A finalidade dos recursos previstos neste requerimento é dar às prefeituras do litoral, condições para a contratação temporária de pessoal, com o fim específico de proporcionar cobertura e segurança aos turistas. Não é possível improvisar, nem deixar ao acaso as vidas humanas que ocorrem ao litoral. Cabe ao Estado prever, prover e manter a salvaguarda dessas vidas. É nesse ponto que embasamos o requerimento.

O detalhe de contratação desse pessoal temporário ficar a cargo das prefeituras, deve-se ao fato de que estas, pela proximidade e convivência, têm conhecimento dos problemas e mais condições para recrutar e selecionar pessoal temporário. Sabem, os que ocorrem ao litoral, de um serviço voluntário prestado por surfistas no alerta, na busca e no salvamento de nadadores afoitos e desavisados. Contratados, ainda, serão os pescadores artesanais do litoral, considerando que a maioria destes possui embarcações pequenas, de fácil manobrabilidade, para serviços de patrulha e salvamento. A critério das prefeituras, seriam,

ainda, remunerados simbolicamente os surfistas que, comprovadamente, venham a prestar serviços de atendimento a banhistas.

Com o repasse dessas verbas, acreditamos que os riscos na temporada poderão ser bastante minimizados.

## REQUERIMENTO N° 3202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, digno Vice-Governador Mário Pereira, solicitando a construção de uma lombada no trevo da Água Branca, na rodovia que liga Francisco Beltrão a Marmeleiro.

Justifica o presente pedido em razão do intenso movimento no referido trevo, situado em local de grande perigo. A medida, por certo, evitará a ocorrência de inúmeros acidentes, podendo, desta forma, salvar muitas vidas.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

## REQUERIMENTO N° 3203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração do Estado do Paraná, correspondência conforme segue:

- Solicitando informações a respeito da licitação efetuada pelo Governo do Estado do Paraná para construção do Fórum de Curitiba, no sentido de ser prestados esclarecimentos sobre a firma vencedora, homologação e data do início das obras e responsabilidade sobre sua execução;

- Solicitando informações sobre publicação veiculada na imprensa do Paraná, edição do dia 25/11/91, pág. 10, da Gazeta do Povo, notificando o comprometimento da estrutura, sob o título "E o fórum de Curitiba?".

- Solicitando informações a respeito das providências adotadas pelo Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, órgão responsável pela continuação da obra, face às irregularidades constatadas.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

## REQUERIMENTO N° 3212

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do

Estado à Secretaria de Cultura, solicitando esforços para viabilização de solução aos problemas da Orquestra Sinfônica do Paraná.

Há dois anos os integrantes da Orquestra Sinfônica vêm reivindicando investimentos e abertura de concurso público para o preenchimento das vagas existentes. Atualmente a sinfônica possui somente 56 músicos próprios, quando o mínimo necessário seria 90 integrantes.

Para suprir a falta de músicos, a direção do Teatro Guaíra tem contratado músicos avulsos principalmente violinistas e instrumentistas de sopro.

Essa prática tem evidenciado outro problema da orquestra: os baixos salários dos músicos. Enquanto que um músico avulso de São Paulo ou Rio de Janeiro, contratado pelo Guaíra para uma apresentação recebe cachês elevadíssimos, de até seiscentos mil cruzeiros, os integrantes efetivos da orquestra recebem uma média salarial de duzentos mil cruzeiros por mês.

Os gastos efetuados na contratação de músicos avulsos, nos últimos anos, são muito superiores ao necessário para a contratação de músicos efetivos.

Vale lembrar que o excelente desempenho da Orquestra Sinfônica (reconhecida em todo o País e inclusive no exterior) depende da dedicação dos músicos e que essa dedicação também depende da motivação salarial.

É claro que sobre toda a classe trabalhadora brasileira abate-se um quadro sombrio. Entretanto, há muito tempo que os músicos da Sinfônica reclamam: "trabalhar de que jeito?".

É necessária a definição de uma política salarial digna para os integrantes da Orquestra Sinfônica do Paraná, bem como a realização de concurso público para preenchimento das vagas existentes e a realização de outros investimentos, a fim de se evitar a extinção de uma das expressões de orgulho da cultura do Paraná.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Maestro Regente da OSINPA e ao Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) ALGACI TOLIO

## REQUERIMENTO N° 3215

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando esclarecimentos sobre os critérios para cobrança de contas de água no litoral do Estado.

Há vários meses essa empresa vem cobrando as contas de água sem efetuar a leitura dos hidrômetros no litoral para-

naense, conforme comprovantes anexos. Essa cobrança tem sido feita com base na média dos últimos meses, sob a alegação de problemas operacionais momentâneos (condição provisória que já dura vários meses).

Entretanto, imóveis que se encontram fechados há vários meses (sendo utilizados apenas na temporada) têm recebido contas com valores que não condizem com o consumo (ou falta dele).

No caso específico de imóveis onde não há consumo, dever-se-ia aplicar apenas a taxa mínima, que em 31 de outubro era de Cr\$ 1.610,00 (um mil e seiscentos e dez cruzeiros). Apesar disso, com a alegação de "taxa de serviços" a SANEPAR vem cobrando valores superiores, onerando de forma inexplicável os usuários do nosso litoral.

Diante disso, solicitamos da SANEPAR o esclarecimento da razão dos problemas operacionais momentâneos que têm impedido a leitura dos hidrômetros, bem como providências, no sentido de reparar as injustiças que o sistema de cobrança/média tem proporcionado.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 3217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de Expediente Oficial, ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, com cópia para a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e todos os órgãos de Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, solicitando, a criação de programas para ativar e reativar as comissões de defesa civil, em todos os Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme o Decreto 3.002/72, que implanta e dá normas ao Sistema de Defesa Civil no Estado do Paraná, a mesma foi criada considerando a possibilidade de ocorrências calamitosas que exijam mobilização e ação coordenada de Serviços Governamentais e não Governamentais, em tais emergências.

No nosso entendimento, como o Brasil é um País onde ocorrências advindas da natureza de forma calamitosa é um fato raro, a preocupação em possuir um sistema adequado para tais emergências, fica relegado ao esquecimento, ocorrendo lamentações posteriores e grande divulgação pela imprensa das vítimas destas tragédias esporádicas, sem contudo programar e viabilizar estudos para que em tais situações o Sistema de Defesa Civil esteja organizado e prevenido

contra estas ocorrências.

É importante lembrarmos que o Sistema de Defesa Civil, deve estar atento, no combate às epidemias, tais como, Dengue, Cólera, Aids, Febre Amarela, Poliomielite e tantas outras que requerem que o Estado e a Sociedade estejam preparados para uma mobilização rápida e organizada, o que infelizmente não acontece atualmente. Existe a necessidade de conscientização de todos, que tragédias provocadas pela natureza e a propagação de epidemias pode acontecer a qualquer momento e com qualquer comunidade.

É lamentável que sempre se aguarda a concretização do problema, para depois, tomar as providências, de formas emotivas, sem atentar para a necessidade de viabilizar meios preventivos que poderiam e poderão evitar futuras e danosas consequências.

Ao conhecermos profundamente as atribuições dos Clubes de Serviços, tais como Lions, Rotary, Maçonaria e outros, temos a plena convicção que se convocados e estimulados à organização, com orientação, treinamento e viabilização de Conselhos de Defesa Civil nos municípios, estarão aptos e prontos a prestar esta colaboração voluntária na defesa de sua segurança e de sua comunidade.

Infelizmente, notamos que a falta de conscientização e até de informação da necessidade destes Conselhos, faz que muitos municípios ignorem o problema, até pela existência de tantas prioridades existentes a níveis locais, mas o problema, por não ser aparente, não pode e não deve ser ignorado, pois todos estão sujeitos a estas emergências.

Com a destruição de nossas florestas de forma indiscriminada, a poluição ambiental, a poluição dos rios e as constantes agressões ao meio ambiente, as possibilidades de ocorrência de variações e fenômenos climáticos são cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia, o mesmo ocorrendo em relação a disseminação de epidemias, o que faz com que a sociedade esteja conscientizada e informada da necessidade de se organizar para enfrentar tais eventualidades. Como exemplo, citamos o Japão, onde o efetivo do Corpo de Bombeiros é de 90.000 homens e o efetivo voluntário, espalhados nos municípios, com treinamentos periódicos é de 300.000 homens.

Assim, movidos por esta preocupação, reconhecendo que só o Poder Público, não pode, e não deve assumir isoladamente o papel que cabe a toda sociedade, a criação de um programa para ativar e reativar, os Conselhos de Defesa Civil, em todos os municípios paranaenses, é de vital importância. Com uma campanha de informação e conscientização acreditamos que o povo pa-



paranaense responderá afirmativamente a esta preocupação do Governo do Paraná, estimulando uma ação conjunta dos órgãos de Governo e Comunidade na ativação e reativação dos Conselhos de Defesa Civil em todos os municípios, unindo forças na defesa de sua segurança e dos seus. A RESPONSABILIDADE É DE TODOS.

## REQUERIMENTO Nº 3218

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, ouvido o Plenário, que seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, de modo que esta Casa obtenha, dentro do prazo constitucional, os seguintes esclarecimentos e documentos:

1 - Cópia das planilhas tarifárias das linhas denominadas rodoviárias, dos aumentos concedidos no período de junho a novembro/91;

2 - Cópia das planilhas tarifárias das linhas denominadas metropolitanas, dos aumentos concedidos no mesmo período;

3 - Relatório no qual conste o número de passageiros transportados, quilômetro por quilômetro, nos últimos 12 meses, nas linhas rodoviárias, nos períodos de 30 dias anteriores a cada vigência tarifária, no mesmo período;

4 - Quadro demonstrativo no qual conste os parâmetros técnicos, suas origens, seus respectivos preços e custos dos itens tarifários das planilhas das linhas rodoviárias e metropolitanas, no mesmo período;

5 - Linhas e empresas concessionárias beneficiadas com o fim da curva tarifária e seus respectivos número de passageiros, mês a mês, nos últimos 12 meses anteriores a vigência das tarifas no período de junho a novembro/91;

5 - Situação dos estudos referentes ao desconto do valor das encomendas na tarifa do transporte de longo percurso, bem como informação quanto ao controle destas cargas, suas quantidades, receitas auferidas, participação na receita das respectivas empresas (receita exclusivamente intermunicipal) e providências adotadas quanto ao transporte de cargas perigosas.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ROSSONI

## JUSTIFICATIVA:

Em função do anúncio do aumento substancial das tarifas rodoviárias, metropolitanas e intermunicipais, venho solicitar as planilhas tarifárias, para que possamos avaliar essas medidas, tendo um conhecimento real da situação e assim podendo esclarecer a opinião pública, quanto aos critérios e validade do anunciado aumento.

Sendo uma reivindicação justa e necessária, peço a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO NNº 3219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente oficial a Senhora Mary Scheelman, Coordenadora do Banco Mundial em Washington - DC - USA, dando conta de estar o Governo do Paraná, através da Casa Civil do Governador e da Coordenadoria Estadual do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, órgão subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, promovendo através de injusto exercício discriminatório o bloqueio de recursos do PEDU - Paraná para obras de infra-estrutura urbana no município de Arapongas.

Tratam-se de projetos que referem-se ao exercício de 1990 em valores de Cr\$ 59.806.704,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e quatro cruzeiros), e com um saldo contratual de Cr\$ 195.098.481,00 (cento e noventa e cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um cruzeiros), e que num evidente abuso de poder encontram-se paralisados com o chefe da Casa Civil do Governo desde o dia 27 de julho passado embora aprovado e da mesma forma se encontra outro deles desde a mesma data com o Coordenador Estadual do PEDU, sem merecer encaminhamento, em flagrante contraste com projetos mais novos que foram liberados, durante a interiorização do Governo em Iporã, para Prefeituras que gravitam em torno do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Essa concepção autoritária que pretende a capitulação do Município de Arapongas aos caprichos do Governo paranaense é a própria negação da democracia que não pode aplaudir tais métodos.

Não resta dúvida que a continuada demora na liberação dos recursos provocarão para o investimento, além do que já provocou, evidente prejuízo, restando ante essa abominável situação apelar para o Banco Mundial, financiador que é dos programas PEDU, para interferir junto ao Governo do Paraná no sentido de fazer cessar essa prática contra as Prefeituras que não pertençam à facção política dos governantes do Paraná.

E o que se requer.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO Nº 3223

Senhor Presidente.

Considerando o aparecimento de novos cursos preparatórios para vestibulares em

Curitiba (cursinhos), com intensa propaganda no sentido de captar alunos para o final do ano e para o terceiro ano colegial (terceirão) do ano de 1992, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Educação, pedido de informações para resposta aos seguintes quesitos:

1 - Estão devidamente credenciados por essa Secretaria os novos cursos que surgiram em Curitiba?

2 - Podem eles oferecer juntamente com o "cursinho" a complementação do 2º grau (terceirão)?

3 - As condições sanitárias e de segurança de suas instalações se enquadram nos padrões exigidos?

4 - Há alguma forma de fiscalização por parte dessa Secretaria nessas entidades de ensino?

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 3214

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "Bandeira Esfarrapada", publicado no Jornal "Folha da Imprensa" de 19 de novembro próximo passado, de autoria da ilustre advogada Anita Zippin Monteiro da Silva.

Num tempo em que as pessoas esqueceram do sentimento cívico, dos símbolos nacionais, é de grande propriedade o artigo escrito pela brilhante advogada Anita Zippin, por ocasião do Dia da Bandeira.

Da bandeira linda, tremulando ali na praça, à bandeira empoeirada, baixa, molhada, rasgada, teimosa, sonhadora, infeliz, esfarrapada, Anita Zippin descreve a história de um País assaltado pela desesperança e pela falta de civismo.

Utilizando-se dessa figura, a brilhante cultivadora das letras conclama, no fim, todos a ajudar para que a Bandeira do Brasil volte a valer ouro, com as matas restantes a serem preservadas, para que as estrelas brilhem no céu, enquanto aqui deverá imperar em todos os corações a Ordem e o Progresso.

Por esse veemente apelo à nacionalidade e ao amor pela Pátria, o artigo de Anita Zippin deve constar dos Anais da Assembleia Legislativa.

Que do teor do presente, além da homenagem, seja dada ciência ao Diretor da "Folha da Imprensa", Jornalista Alcy Ramalho Filho.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALGACI TOLIO

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 534/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam isentos do ICMS os seguintes veículos utilitários: caminhões, caminhonetes, tratores, retroescavadeiras, patrões, pás-carregadeiras, rolos compactadores e similares, suas peças, seus acessórios e implementos, máquinas de um modo geral, destinadas a obras, bombas, britadeiras e outras com seus motores e equipamentos diversos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

As Prefeituras Municipais do Paraná e de todo o Brasil encontram-se hoje em situação pré-falimentar. Apesar de não ser um quadro recente, já que as dificuldades para administração dos municípios vêm aumentando de ano para ano, como reflexo da profunda crise econômica e social em que está mergulhado o País, nos últimos tempos essa situação vem se agravando. Uma rápida leitura de jornal dá a dimensão dos problemas enfrentados pelos prefeitos. Basta ver as sucessivas "marchas" e "caminhadas" à Brasília, que mobilizam centenas de prefeitos, inclusive os paranaenses.

Há ameaça de fechamento das Prefeituras Municipais por absoluta falta de recursos. Quem sofre em última análise com essas dificuldades é a população, já tão depauperada em seus direitos mais básicos. Quando a Prefeitura deixa de fazer obras, de atender reivindicações populares por falta de verbas, é essa mesma população que é prejudicada. A isenção do ICMS para compra de veículos utilitários poderá representar uma oportunidade aos municípios. Barateando-se o custo de tais equipamentos, a possibilidade de aquisição, evidentemente, ficar maior. E como consequência, a realização de obras de interesse comunitário torna-se mais fácil.

Como prestadoras de serviços, as Prefeituras Municipais devem receber benefícios que lhes auxiliem na condução administrativa e na resolução de problemas, muitos deles originados na necessidade de obras e reparos que não podem ser executados pela falta de equipamentos. É importante também destacar que a Constituição Federal, no artigo 150, inciso VI, alínea "a", veda aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a instituição de im-



postos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. Há ainda o exemplo de outros Estados que estão adotando a isenção do ICMS para veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais, como é o caso de Minas Gerais.

Se a arrecadação de tributos no Paraná não foi afetada pela isenção dada às microempresas e aos taxistas, além da relativa ao acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo, para o consumidor final, também não deverá ser em função da isenção que ora propomos. O Governo do Estado estará, na prática, colaborando para que toda a sociedade paranaense, do menor ao maior município, seja atendida suas principais reivindicações no tocante a obras. Que podem ir desde a colocação de antipó, até a construção de equipamentos sociais do Município como creches, escolas, postos de saúde, hospitais e etc. Esta é a importância e o resultado final do Projeto que apresentamos.

#### PROJETO DE LEI N° 535/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na Cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, à Av. Garibaldi Pinheiro s/n°, é uma associação beneficente educativo e de assistência social, que tem por finalidade específica, a assistência aos pobres, com vistas domiciliares aos mesmos, e sobre tudo prestar apoio a Sociedade São Vicente de Paula, através da Conferência Vicentina Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Cruzeiro do Oeste-Pr.

Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 533/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica prorrogado o prazo de que trata o Art. 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o Parágrafo 1° do Art. 1° da Lei Federal n° 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1° de maio de 1992.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ALBINO CORAZZA

Apoiamento: Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Arlindo Trojan, Ademar Traiano, Rossoni, Emília Belinati, Toti Colaço, Paulo Maia, Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Ernani Pudell, Antônio Annibelli, Geraldo Cartário, Edson Silva Lino, Tadeu Lúcio Machado, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Heinz Herwig, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese, Severino Félix, Eurides Moura, João Arruda, Costenaro Neto, Elío Rusch, Mário Bezerra, Algaci Túlio, Dalton Machuca, Erondy Silvério, Anibal Khury e Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aberta a sessão. É lida e aprovada a Ata. Não há expediente a ser lido. No Pequeno Expediente, Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Defesa Civil no Estado do Paraná, foi criada pelo Decreto 3.002 de 29/12/72 há exatamente 19 anos atrás. Neste lapso de tempo, a Defesa Civil, sem dúvida, tem prestado bons serviços ao Estado e aos nossos Municípios. Entretanto, acreditamos que se faz necessário uma reciclagem para que se possa na atualidade cumprir realmente o seu papel.

Recentemente tivemos um problema climático, um problema de tempestade que atacou a cidade de Londrina. Todos nós sabemos que não obstante, a luta do Poder Público Municipal, as dificuldades, realmente as dificuldades foram muitas. Isto porque, o voluntariado não se encontrava em condições condizentes com a realidade. É nesse sentido que estamos encaminhando à esta Casa, um Requerimento dirigido ao Senhor Governador do Estado, pedindo que providências sejam tomadas no sentido da criação de programas para ativar e reativar as comissões de Defesa Civil em todos os Municípios do Estado do Paraná.

O nosso Estado realmente há 19 anos com a Defesa Civil, entretanto, modificações se fazem necessárias. Por isto passaremos à leitura do Requerimento:

#### REQUERIMENTO

Súmula: Requer envio de Expediente oficial, ao Senhor Governador do Estado, ROBERTO REQUIÃO, com cópias à Coordenado-

ria Estadual de Defesa Civil e a todos os órgãos de Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, solicitando a CRIAÇÃO DE PROGRAMAS PARA ATIVAR E REATIVAR AS COMISSÕES DE DEFESA CIVIL, em todos os municípios do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de Expediente Oficial, ao Senhor Governador do Estado, ROBERTO REQUIÃO, com cópia para a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e todos os órgãos de Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, solicitando, a criação de programas para ativar e reativar as Comissões de Defesa Civil, em todos os Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) EURIDES MOURA

Deputado Estadual

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme o Decreto 3.002/72, que implanta e dá normas ao SISTEMA DE DEFESA CIVIL no Estado do Paraná, a mesma foi criada considerando a possibilidade de ocorrências calamitosas que exijam mobilização e ação coordenada de Serviços Governamentais e não Governamentais, em tais emergências.

No nosso entendimento, como o Brasil é um País onde ocorrências advindas da natureza de forma calamitosa é um fator raro, a preocupação em possuir um sistema adequado para tais emergências, fica relegado a esquecimento, ocorrendo lamentações posteriores e grande divulgação pela imprensa das vítimas destas tragédias esporádicas, sem contudo programar e viabilizar estudos para que em tais situações o Sistema de Defesa Civil esteja organizado e prevenido contra estas ocorrências.

É importante lembrarmos que o sistema de Defesa Civil, deve estar atento, no combate às epidemias, tais como, a Dengue, Cólera, Aids, Febre Amarela, Poliomielite e tantas outras que requerem que o Estado e a sociedade estejam preparadas para uma mobilização rápida e organizada, o que infelizmente não acontece atualmente. Existe a necessidade de conscientização de todos, que tragédias provocadas pela natureza e a propagação de epidemias pode acontecer a qualquer momento e com qualquer comunidade.

É lamentável que sempre se aguarda a concretização do problema, para depois tomar as providências, de formas emotivas, sem atentar para a NECESSIDADE de viabilizar meios PREVENTIVOS que poderiam e poderiam evitar futuras e danosas consequências.

Ao conhecermos profundamente as atribuições dos Clubes de Serviço, tais como

Lions, Rotary, Maçonaria e outros, temos a plena convicção que se convocados e estimulados à organização, com orientação, treinamento e viabilização de Conselhos de Defesa Civil nos municípios, estarão aptos e prontos a prestar esta colaboração voluntária na Defesa de sua segurança e de sua comunidade.

Infelizmente, notamos que a falta de CONSCIENTIZAÇÃO e até de informação da necessidade destes conselhos, faz que muitos municípios ignorem o problema, até pela existência de tantas prioridades existentes a níveis locais, mas o problema, por não ser aparente, não pode e não deve ser ignorado, pois todos estão sujeitos a estas emergências.

Com a destruição de nossas florestas de forma indiscriminada, a Poluição Ambiental, a Poluição dos Rios e as constantes agressões ao meio ambiente, as possibilidades de ocorrência de variações e fenômenos climáticos são cada vez mais presentes no nosso dia a dia, o mesmo ocorrendo em relação à disseminação de epidemias, o que faz com que a sociedade esteja CONSCIENTIZADA E INFORMADA da necessidade de se organizar para enfrentar tais eventualidades. Como exemplo, citamos o Japão, onde o efetivo do Corpo de Bombeiros é de 90.000 homens e o efetivo voluntário, espalhados nos municípios, com treinamentos periódicos é de 30.000 homens. Vejam Senhores, que a participação do voluntariado é muito importante.

Assim, movidos por esta preocupação, reconhecendo que só o Poder Público não pode, e não deve assumir isoladamente o papel que cabe à toda sociedade, a criação de um Programa para ATIVAR e REATIVAR os Conselhos de Defesa Civil, em todos os municípios paranaenses, é de vital importância. Com uma campanha de INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, acreditamos que o povo paranaense responderá afirmativamente à esta preocupação do Governo do Paraná, estimulando uma ação conjunta dos órgãos de Governo e comunidade na ativação e reativação dos CONSELHOS DE DEFESA CIVIL em todos os municípios, unindo forças na DEFESA de sua segurança e dos seus. A RESPONSABILIDADE É DE TODOS.

Muito obrigado.

EURIDES MOURA

Deputado Estadual".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Há dez dias nesta Casa, anunciei o comportamento do Chefe da Casa Civil do Paraná, retendo um contrato do PEDU com o

Município de Arapongas. O mesmo fato se dá na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, onde o Secretário Deputado Homero Oguido faz "ouvidos moucos" e retém aquilo que o Município de Arapongas tem direito.

Renovo as informações aos Parlamentares desta Casa de que o Município de Arapongas, dentre os de porte médio e grande, ocupa o 12º lugar em arrecadação estadual. É um município da mais alta expressão industrial. O município é administrado com os recursos próprios da Administração, não tendo sido aquinhado com as benesses próprias daqueles que estão junto ao Poder Estadual.

A nossa denúncia não teve resposta, como não tem resposta qualquer denúncia que se faz dessa tribuna, e como o Governo Estadual, o Chefe da Casa Civil, o líder do Governo, nesta Casa, ninguém se manifestou a respeito daquela denúncia, o Prefeito de Arapongas, nesta data, passa o seguinte fax ao Banco Mundial, em Washington, distrito de Colúmbia:

Arapongas, 07 de Novembro de 1991,

A

MARY SCHEELNAN

Banco Mundial - WASHINGTON/D.C.

Ref.: Engajamento Município de Arapongas -

Paraná - Brasil, no Programa PEDU/PR

Prezada Senhora:

Ratificando contato telefônico de hoje, vimos informar Vossa Senhoria que até a presente data o Governo do Paraná, através de processo discriminatório deixou de liberar para nosso Município recursos do PEDU/PR, para as obras de infra-estrutura urbana, no valor de Cr\$ 59.806.704,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e seis mil e setecentos e quatro cruzeiros), e com um saldo contratual de Cr\$ 195.098.481,00 (cento e noventa e cinco milhões, noventa e oito mil e quatrocentos e oitenta e um cruzeiros).

É que:

1) Projeto já aprovado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), com contrato assinado pelo Banco do Estado do Paraná S/A, se encontra paralisado na Casa Civil do Governo desde o dia 27 de julho do ano em curso, provocando para o investimento evidente prejuízo;

2) Da mesma forma, contrato confeccionado com análise e aprovação completa se encontra retido com o Coordenador Estadual do PEDU (Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano), também desde 27 de julho do ano em curso, para ser enviado ao Banco do Estado do Paraná S/A, a fim de ser elaborado o respectivo contrato;

3) Os projetos acima referem-se ao exercício de 1990.

Tal situação anômala se presume dever-se a posição retrógrada dos órgãos do Governo do Paraná que resistem em liberar

verbas para prefeituras que não pertençam ao Partido Político do Governante.

Desta forma recorremos a Vossa Senhoria no sentido de interceder junto aos órgãos do Governo do Paraná, dando solução a essa caótica situação.

Atenciosamente,

DR. ANTONIO GRASSANO JÚNIOR

Prefeito"

Concedo o aparte ao Senhor Rafael Greca.

O SR. Rafael Greca - A Assembléia precisa prestar atenção no que o Deputado Colombino Grassano está falando. Na verdade é uma pena que o Senhor líder do Governo não esteja no Plenário... ah, acabou de chegar Sua Excelência, com sua presença volumosa. Seja bem-vindo. Na verdade, Senhor Deputado líder do Governo, o Deputado Colombino Grassano está falando de um fax do Prefeito de Arapongas ao Banco Mundial, denunciando retenção de verbas do PEDU por perseguição e discriminação política. Isso, no âmbito do Banco Mundial pode prejudicar o Paraná inteiro, porque este tipo de denúncia de tratamento discriminatório pode provocar a retenção de verbas importantes para o Paraná, sobremaneira verbas volumosas de programas como o Paraná Rural, como o Programa de Desenvolvimento Urbano, ao qual Sua Excelência se refere. Então eu acho, Senhor líder do Governo, que os termos do fax do Senhor Prefeito de Arapongas, deveriam merecer uma explicação pessoal do Governo do Estado, ou então até haver um entendimento entre o Governo e a Prefeitura de Arapongas, para que se evite este tipo de documento lá em Washington, porque isso só vai atrasar a obtenção de novas verbas para o Paraná.

Eu conheço os mecanismos do Banco Mundial, sobretudo porque a cidade de Curitiba se notabilizou pela captação de recursos, por seus financiamentos, e um tipo de discriminação como essa, além de ser politicamente odiosa, vai efetivamente provocar a canalização de recursos para outros Estados que não o nosso Paraná.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Muito obrigado.

Complementando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e para isso quero solicitar toda a atenção do Senhor Coordenador do Bloco Municipalista na Assembléia Legislativa do Paraná, ou de seus integrantes. É um fato grave onde eu espero contar com o apoio neste instante de todos os Senhores Deputados que pertencem ao Bloco Parlamentarista, este Bloco não foi constituído, não é constituído apenas para aplaudir, para bater palmas, para prestigiar o Governador do Estado; é um órgão auxiliar de toda a Assembléia Legislativa, composta por Deputados que foram Prefeitos

e Vice-Prefeitos Municipais, portanto, com sérios compromissos com as suas comunidades, como têm também os Senhores Deputados Estaduais. Nesse sentido, assumindo inteira responsabilidade dos meus atos, estou encaminhando à Mesa um Requerimento nos seguintes termos e, para cujo Requerimento eu volto a pedir o apoio dos Senhores Deputados, e mais do que os Senhores Deputados, aqueles que trazem consigo a bagagem de terem sido Prefeitos Municipais, de saberem as dificuldades por que passa o Município, porque vivem o dia a dia da comunidade, atendem na sua porta a todos os reclamos e os homens que saíram das Prefeituras Municipais, que têm assento nesta Casa Legislativa, têm um conhecimento mais amplo e mais certo do que é administrar uma comuna Municipal.

O Sr. Albino Corazza - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Tenho o prazer Senhor Deputado.

O Sr. Albino Corazza - Deputado Colombino Grassano, nós queremos cumprimentá-lo e queremos de uma maneira, com muita tristeza, lamentar o que vem ocorrendo conforme as suas denúncias e afirmações. Custa-nos a acreditar que possa haver discriminação depois de tantos anos de ditadura nesse País, onde nós estamos lutando para que a democracia plena seja a prática de todos os Governantes. Como coordenador do Bloco Municipalista queremos nos solidarizar e tomar melhores informações para, de uma maneira democrática, respeitosa, cobrar esta postura do Governo, que seja de atendimento a todos os Municípios do Paraná, independente do Partido, da cor Partidária dos seus Prefeitos e lideranças locais. Queremos acreditar que se corrijam essas falhas que estão sendo denunciadas, para que o Paraná respire uma Democracia e possa cada vez melhor construir o futuro do povo do Paraná nos Municípios onde o povo mora. Obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Meu Requerimento nesses termos:

# " REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de expediente oficial ao Banco Mundial-Washington-DC - USA.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente oficial a Senhora Mary Scheelhan, Coordenadora do Banco Mundial em Washington - DC - USA, dando conta de estar o Governo do Paraná, através da Casa Civil do Governador e da Coordenadoria Estadual do Programa

Estadual de Desenvolvimento Urbano, órgão subordinado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, promovendo através de injusto exercício discriminatório o bloqueio de recursos do PEDU - Paraná, para obras de infra-estrutura urbana no município de Arapongas.

Tratam-se de projetos que referem-se ao exercício de 1990 em valores de Cr\$ 59.806.704,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e quatro cruzeiros), e com um saldo contratual de Cr\$ 195.098.481,00 (cento e noventa e cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um cruzeiros), e que num evidente abuso de poder encontram-se paralisados com o chefe da Casa Civil do Governo desde o dia 27 de julho passado embora aprovado e da mesma forma se encontra outro deles desde a mesma data com o Coordenador Estadual do PEDU, sem merecer encaminhamento, em flagrante contraste com projetos mais novos que foram liberados, durante a interiorização do Governo em Iporã, para Prefeituras que gravitam em torno do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Essa concepção autoritária que pretende a capitulação do Município de Arapongas aos caprichos do Governo paranaense é a própria negação da democracia que não pode aplaudir tais métodos.

Não resta dúvida que a continuada demora na liberação dos recursos provocarão para o investimento, além do que já provocou, evidente prejuízo, restando ante essa abominável situação apelar para o Banco Mundial, financiador que é dos programas PEDU, para interferir junto ao Governo do Paraná no sentido de fazer cessar essa prática contra as Prefeituras que não pertençam a facção política dos governantes do Paraná.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) COLOMBINO GRASSANO"

Sei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que significa para o Paraná e para a Prefeitura Municipal de Arapongas este requerimento e essa denúncia, mas o fizemos conscientes, não temos ao que temer, somos responsáveis pelos nossos atos. Informo aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente, que amanhã a Prefeitura Municipal de Arapongas fará o pagamento de novembro, do salário de novembro a todos os seus funcionários, fará o pagamento de 50% do 13º salário que completará no mês de dezembro a esses mesmos funcionários. E, na última semana, o Prefeito Municipal de Arapongas fez uma reclassificação de cargos, aumentando a cada ano de serviço por funcionário, num total de 725 primeiros funcionários que se beneficiarão do traba-

Iho da Prefeitura Municipal.

O que se faz em Arapongas é trabalhar com seriedade, com responsabilidade. E esta mesma responsabilidade, essa mesma seriedade deveria se caracterizar nos atos do Senhor Governador do Estado e de seus Secretários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há algum tempo, do alto desta tribuna, denunciei fatos estranhos que estariam acontecendo no âmbito da Secretaria dos Transportes, mais precisamente na Divisão de Serviços de Transporte Comercial - DSTC, vinculados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Para recordar, na ocasião citei fatos e denunciei que poderosos "lobbys" do transporte coletivo de longo percurso rondava o prédio do DER em busca de vantagens para suas empresas e que o então Chefe do DSTC, o chefe de 5º escalão Germinál Poca, além de ter "status" de secretário de estado, não era a pessoa indicada para exercer a chefia de um setor que por si só exige profundo conhecimento técnico.

O tempo é o nosso melhor cúmplice.

No seu decorrer, nos mostrou que aquilo que dissemos e denunciávamos era a mais pura das verdades.

O chefe de 5º escalão Germinál Poca foi destituído de seu posto motivado segundo a imprensa, que estampou declarações de setores do governo, por não ter se adaptado ao posto.

Isto para mim, Senhores Deputados, tem outro nome.

É a mais pura demonstração de ineficiência, negligência e incompetência, além de pairar no ar, segundo as conversas de bastidores, certos resquícios de locupletação através do cargo.

Depois dessa lição, julgamos que o Sr. Governador do Estado iria colocar no cargo um técnico em transporte, de modo que o bom serviço prestado pelo Órgão em governos anteriores não tivesse solução de continuidade.

Mas eis que surge em cena mais um filósofo do transporte coletivo, galgado ao posto exclusivamente por ser apadrinhado do Governador e por ter sido colocado à disposição na Secretaria onde exercia o cargo de Diretor Geral.

Não é técnico em transporte e é mais um desses políticos que não deram certo e que estão em busca de uma colocação dentro de um Estado paternalista, que agasalha em seus braços principalmente aqueles que se

portam à imagem e semelhança do patrão.

E por não entender de transporte, já começou a aprontar.

Nos jornais de sexta-feira passada, dia 23 de novembro, foi amplamente divulgado notícias que falam do aumento concedido pelo Governo do Estado as tarifas do transporte coletivo intermunicipal.

Esses jornais nos dão conhecimento de que as tarifas das linhas de longo percurso, as chamadas linhas rodoviárias tiveram aumentos que extrapolam a qualquer índice das mais altas inflações de qualquer país de 4º mundo.

Senão vejamos: Curitiba-Guaíra - 85,74% de aumento; Curitiba-Francisco Beltrão - 73,5%; Curitiba-Foz do Iguaçu - 81,2%; Curitiba-Londrina - 66,3%; sem considerar outras linhas que também tiveram aumentos acachapantes e escabrosos.

E quem são os felizes proprietários dessas linhas?

Podemos citá-los: Sulamericana, Vale do Iguaçu, Princesa dos Campos, Viação Garcia, e tantos outros que fazem parte do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, a famosa e poderosa RODOPAR.

Este é o "lobby" que continua rondando o prédio do DER e que agora também frequentam as salas do Palácio Iguaçu.

Uma coisa, meus Senhores, é aquilo que se falava durante a campanha política, para se enganar o eleitor e outra é as ações do atual governo nos bastidores do poder, muito embora em público continue a vociferar contra os empresários e empreiteiros que na calada da noite assinam decretos que os beneficiam.

O que fazia Fernando Garcia, proprietário das empresas Viação Garcia, Princesa do Ivaí e Viação Ouro Branco nos salões do Palácio Iguaçu, às vésperas da assinatura do decreto de aumento da tarifa intermunicipal?

É estranho, Sr. Presidente, que o maior arauto dos empresários do transporte coletivo passe a frequentar a intimidade do Palácio Iguaçu às vésperas de uma tarifa e principalmente quando se comenta, a boca pequena, que o honesto, zeloso, incorruptível e inimigo nº 1 dos empresários, se prepara para assinar decreto instituindo o novo regulamento do transporte coletivo intermunicipal, no qual se dará condições às empresas de renovar os seus contratos "ad eternum" além de outros benefícios.

E este Poder Legislativo como é que fica?

Relegado a segundo plano?

Essa competência, institucionalmente, é nossa.

Vamos nos curvar às vontades do grande

ditador do Palácio Iguaçu?

Em entrevistas aos jornais do dia 22 de novembro, Cesar Beloniel, que é citado como Diretor do DSTC, como se divisão hierarquicamente fosse lugar de diretor, disse textualmente:

"O que existia aqui era uma barbaridade, dizia-se que em viagem mais longa gasta-se menos. Não sei se era negligência ou descuido da direção anterior. Agora os parâmetros da planilha entraram numa situação justa para o sistema."

Quer me parecer que a negligência e o descuido foi da administração atual, que deixou de lado o interesse de milhares de passageiros e se entregou, de corpo e alma, aos interesses econômicos dos poderosos do transporte coletivo.

Desde quando, Senhores Deputados, uma viagem mais longa é sinônimo de maior custo?

Aonde está o maior custo?

É isso que se chama de situação justa para o sistema?

Poderá o governo alegar que a maioria dos passageiros percorrem pequenas distâncias e que o referido aumento não os atinge?

Isso não deve ser levado em consideração.

Final de contas, será que os passageiros que trafegam para além dos 78 quilômetros, que é início do limite da justiça tarifária tão apregoada pelo governo, também não merece consideração?

Também não são trabalhadores?

Não sofrem as consequências da inflação?

Não possuem direito ao lazer?

São mais aquinhoados economicamente que os demais?

Em outro jornal, no mesmo dia, sob o título de "DSTC dá a receita para a tarifa menor", o auto-designado diretor do DSTC, Cesar Beloniel, disse textualmente, em parte da entrevista:

"Não há mágicas neste caso, mas determinação política firme e cálculos realmente rigorosos".

Como se pode notar e como foi dito no início desta exposição, o atual chefe do DSTC realmente não entende de transporte coletivo.

Apesar de desmentir categoricamente na reportagem, ele é realmente um verdadeiro mágico, que fez saltar de sua cartola verdadeiros milagres em matérias de transporte, pois consegue transformar tarifa extorsiva em situação justa para o sistema e tarifa estrangulada para as linhas Metropolitanas em cálculos realmente rigorosos.

Dois pesos e duas medidas.

E as cargas, meus Senhores?

Em discurso anterior, denunciei o fato

de que as encomendas transportadas em ônibus cobrem totalmente os custos de transporte e que se os ônibus andassem totalmente vazios, as empresas teriam lucro.

Qual foi a atitude do poder executivo?

Nenhuma.

Agora que as empresas concessionárias de linhas de longo percurso foram aquinhoadas com um lucro exorbitante, não seria a ocasião propícia para proceder o desconto da carga na tarifa?

Qual foi a atitude do governo?

Silêncio e cumplicidade.

Onde estão os cálculos rigorosos?

Onde está a justiça do sistema?

Srs. Deputados o aumento do transporte intermunicipal na média de 85% deve ser esclarecido a esta Casa porque atinge as pessoas mais pobres do nosso Estado. Estou entrando com um requerimento nesta Casa pedindo esclarecimento deste assunto e espero contar com o apoio dos Srs. Deputados.

Com aparte o Deputado Traiano.

O Sr. Ademir Traiano - Quero cumprimentar o nobre Deputado pelo brilhante pronunciamento com respeito a um dos assuntos que hoje envolve o Paraná e que realmente acaba estremecendo a sociedade paranaense, quando na calada da noite se observa um aumento abusivo, estarecedor e que na verdade no momento de extrema necessidade porque passa a sociedade do Paraná e o povo brasileiro. É preocupante que o Governo venha a agir da forma como agiu, e eu entendo que realmente nós Parlamentares e esta Casa deve tomar iniciativas, no sentido de apurar a veracidade das denúncias levantadas em quase todos os cantos deste Estado, de que este aumento, na verdade sofreu em razão de compromissos de algumas pessoas ligadas ao Governo do Estado e empresas interessadas no assunto.

Na companhia de outros Parlamentares nós devemos encaminhar um pedido de CPI, para apurarmos as responsabilidades do Governo do Estado e das pessoas responsáveis pelo Departamento de Transportes que concedem na calada da noite, um aumento que realmente acaba prejudicando a camada mais pobre desse Estado do Paraná.

Cumprimento o nobre Deputado pelo brilhante pronunciamento e esperamos que tenhamos o apoio desta Casa, no encaminhamento que devemos fazer requerendo uma CPI para realmente levantarmos a veracidade das denúncias formuladas.

O SR. VALDIR ROSSONI - Outro dia ouvia o Deputado Neivo Beraldin que apóia o



Governo cobrar do Deputado Rafael Greca um aumento de 42%, se não me falha a memória. Gostaria, agora, de receber o posicionamento do Governo nesta Casa que concede um aumento de 85% no dia em que o proprietário das empresas de transportes estivera no Palácio Iguaçu visitando o irmão do Governador. Quando denunciei o Senhor Germinial Pockat aqui ninguém levou a sério e eu não obtive aqui a resposta; dentro de poucos dias o Senhor Germinial Pockat foi demitido. Agora colocaram mais um grande amigo do Governador no DSTC e parece-me que o DSTC deste Governo é fechado com chave de ouro; coloca-se o grande amigo Boniel para que ele defenda o impossível, que defenda o indefensável.

Espero, sinceramente, contar com o apoio desta Casa, que é séria, para que tenhamos os esclarecimentos no requerimento que estou encaminhando à Mesa desta Casa.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

É muito oportuna a denúncia que Vossa Excelência faz, muito grave também porque o nosso Governador se mostrou extremamente generoso com o chapêu alheio, quer dizer, concede aos seus amigos um reajuste na tarifa, não foi de 85, se não me engano a média chegou até 87,5% em alguns casos, generoso e quem paga a conta é o povo. Só citar um exemplo, um ônibus leito a Cascavel hoje ida e volta: quarenta mil cruzeiros. Temos um dado da quantidade de dinheiro que está se retirando da população. É uma atividade que recebe a vista, paga-se os encargos a prazo, não se computa os lucros e a receita dispendida e arrecadada nas encomendas de ônibus, enfim, existe uma série de irregularidades.

Agora, ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência, eu tive uma idéia no sentido de que talvez o Poder Legislativo do Paraná devesse aprovar uma lei obrigando menos, pelo menos, que o Poder Executivo, quando conceder algum aumento, que envie as planilhas de custo para a Assembleia pelo menos para o nosso conhecimento. Poderíamos ir até além, que estes aumentos fossem condicionados à aprovação deste Poder, até porque, trata-se de um serviço público essencial e quem paga é a população.

Então, eu entendo que talvez este fato gravíssimo, danoso ao povo do Paraná que ocorreu com a elevação abusiva das tarifas de ônibus servisse como um estímulo para que esta Casa fizesse uma legislação no sentido de impedir que, doravante, este tipo de cartéis, que dominam esses monopólios, que dominam essa atividade cartorial e lucrativa, que é o transporte coletivo,

tivesse pelo menos a fiscalização efetiva do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O Sr. Rafael Greca - O Deputado Pudell não entendeu nem Sua Excelência que esse aumento com certeza é uma compensação que o Governo do Estado concede às empresas de ônibus pela presença freqüente de salteadores nos caminhos do Paraná. Nós estamos vivendo nas estradas do Paraná um clima de Robin Hood, de Ali Babá e os quarenta ladrões; voltou a personagem bíblica, a personagem romântica dos romances de capa e espada, que é o ladrão de beira de estrada, as caravanas eram roubadas na Idade Média pelos salteadores dos caminhos. Agora, o Paraná já tem isso também no caminho da Foz do Iguaçu.

Então, tem que dar para as empresas uma certa compensação pelo risco que elas correm pela atividade de alto risco transportar gente nos caminhos do Paraná enquanto a Segurança Pública não se estabelece.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu gostaria de parabenizá-lo pela colocação que faz a este aumento abusivo que realmente ocorreu no transporte coletivo do Paraná e vem de encontro com as nossas aspirações a colocação do Deputado Ernani Pudell.

Nós já estamos elaborando um trabalho exatamente para ser analisado pelos Senhores Deputados de que esses aumentos deverão passar pelo crivo e anuência deste Poder Legislativo.

Nós já estamos trabalhando em cima disso e é evidente que nós vamos contar com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado.

Parabenizo Vossa Excelência.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Cleiton Kielse - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Parabenizo-o pela sua colocação e preocupação nesse abuso, não só com os Deputados por não ter passado na Assembleia este aumento abusivo ao transporte intermunicipal, como também pediria que incluísse no seu requerimento a presença essa semana ainda, do Diretor Geral do DSTC para prestar os devidos esclarecimentos, porque tivemos, recentemente, até abaixado o preço do óleo diesel e justificaria-se sequer um aumento agora nas taxas, que estão sendo aumentadas gradativamente.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte,

Deputado?

(Assentimento)

Quero também aproveitar este momento, para dizer que lamentamos profundamente o que aconteceu e veja bem Deputado, a Região Metropolitana que está ligada, está grudada com Curitiba e que poderia ser beneficiada com a implantação, com a integração do transporte coletivo, Capital/Região Metropolitana, só não está acontecendo por falta de atividade política do cidadão Beloniél, candidato frustrado em duas eleições aqui em Curitiba, para Vereador e para Deputado e que infelizmente por uma surpresa de todos nós assumiu repentinamente o DSTC, dizer de que a Região Metropolitana, uma passagem que custava Cr\$ 200,00, Curitiba a São José, Curitiba a Colombo que é onde está o eleitorado do Deputado Neivo Beraldin, Curitiba a Piraquara, agora passa a pagar Cr\$ 290,00 vejam a violência neste aumento.

Então vejam que nós da Prefeitura de Curitiba temos a maior boa vontade em fazer a implantação, a integração do transporte coletivo. Já temos inclusive projeto preparado, todo esquema já discutido, até a nível de Prefeito da Região Metropolitana, só falta a vontade política por parte do governo e do cidadão que hoje está a frente do DSTC. Teve a petulância o cidadão de dizer que o ligeirinho é um expresso metido à besta. Coitado do ligeirinho, ficou tão triste com essa afirmação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência pode ter certeza que o que o Sr. Beloniél está falando não é a palavra dele é a palavra do patrão, porque ele está lá para servir ao patrão. Eu duvido que o governador do Estado deixe um cidadão de quinto escalão assumir tamanha responsabilidade em nome do Governo. Se é que tem alguém responsável é o Governador do Estado, que autorizou este aumento através do Sr. Beloniél, seu Cezar que fica até mais fácil de pronunciar, seu Cezar que já está se intitulado o dono da verdade.

Está aí o ligeirinho que serve para algumas cidades dos Estados Unidos e não serve para Região Metropolitana.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Rossoni, eu tenho escutado aqui atentamente na tarde de hoje esses pronunciamentos brilhantes de alguns Deputados, mas gostaria de fazer algumas sugestões práticas.

O Deputado Algaci Túlio, o Deputado Rafael Greca pronunciaram-se em relação ao transporte coletivo, no entanto na Legislatura passada ambos os Deputados votaram a favor do monopólio do transporte coletivo do Estado do Paraná.

(vozes sobrepostas)

Vossa Excelência faz o discurso ante o capitalismo moderno. Vossa Excelência quer que as empresas prestem um bom serviço sem a livre concorrência e nós acreditamos num bom serviço e num bom preço através da livre concorrência, não na defesa do monopólio como faz Vossa Excelência, e como votou no passado aqui e faz discurso sem corresponder com a prática. Esta é a verdade. O seu voto ficou registrado. Agora Vossa Excelência quer vir aqui enganar aos novos Deputados com um discurso moderno.

(vozes sobrepostas)

(soam os tímpanos)

Eu pediria a Vossa Excelência que pedisse ao ilustre Deputado Algaci Túlio que solicitasse o aparte e aí sim pudesse expor a sua posição.

Agora eu gostaria de completar o meu raciocínio, se me permite o Deputado Rossoni, como querem um transporte coletivo justo, como querem um transporte coletivo moderno, que atenda o trabalhador para ir e vir do seu trabalho, quando quatro ou cinco empresas exploram com exclusividade o transporte coletivo do Paraná, tem que mudar o regulamento do transporte coletivo.

Para tanto eu tenho um projeto de lei que está nesta Casa e que não veio a plenário e os Senhores Deputados têm que dizer porque não votam esse projeto de lei, que é necessário, é oportuno abre o mercado, a livre concorrência e estimula a qualidade do serviço.

Nobre Deputado Rossoni, se Vossa Excelência deseja ir ao litoral do Paraná deve Vossa Excelência comprar a passagem numa única empresa que explora a tantos anos que é a Graciosa. Se tivéssemos duas empresas prestando o mesmo serviço, na mesma linha, evidentemente que a concorrência estimularia a qualidade do serviço e aí o mercado aberto, o Estado, como Poder concedente, com regulamento moderno, que desse autonomia e poder ao DSTC, porque o Estado é o Poder concedente, mas o regulamento privilegia os empresários apenas. Eu apenas gostaria...

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu só quero dizer a Vossa Excelência de que...

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Neivo Beraldin parece que aceita o aumento, porque não retificou. O que ele diz não tem nada a ver com o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu gostaria de pedir aos Deputados que se inscrevessem ou usassem o horário da Liderança. É um assunto tão importante, que atinge a todos os paranaenses. Seria muito bom que vocês

pegassem um tempo maior e viessem dar as explicações, principalmente os ligados... (vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só para encerrar, Sr. Presidente. O que nós queremos aqui é seriedade. Não queremos irmão de Governador acertando nada em nome da pobreza e da miséria do povo do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade o aumento com relação ao transporte coletivo da região metropolitana é um assunto que merece discussão nesta Casa e se for o caso até a convocação do Sr. Diretor do DSTC para que venha a esta Casa, à Comissão de Finanças, à Comissão, a uma das Comissões desta Casa para esclarecer com que base, com base no que foi aplicado este aumento no transporte coletivo da região metropolitana. E é até uma oportunidade para que ele venha à Casa para dizer por que ele não aceita a integração do transporte coletivo com a capital do Estado do Paraná, onde nós, na URBS, já temos um trabalho feito, toda a preparação de um projeto, já foi inclusive mostrado aos senhores Prefeitos da região metropolitana. Basta apenas que haja boa vontade política para que se evite hoje o trabalhador, a dona de casa, o estudante que mora a menos de 10, 12 quilômetros de Curitiba, passe a pagar 490 cruzeiros para poder se deslocar da sua cidade, metropolitana, e aqui dentro de Curitiba, porque a hora que ele entrar no programa de integração, através dos Terminais de transporte coletivo, através das estações tubo, do sistema Ligeirinho, ele vai passar a rodar em toda a cidade de Curitiba com apenas uma passagem. Aqui em Curitiba, é bom destacar, a tarifa social de Curitiba permite hoje ao cidadão, embarcando no Terminal ele pode rodar o dia inteiro em Curitiba gastando apenas uma passagem.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Permite-me um aparte, Deputado Algaci?

O SR. ALGACI TÚLIO - Vejam quanta vantagem traria isto para a nossa região metropolitana. No entanto, o Sr. Cesar Benoliel vai para a imprensa e fala que o Ligeirinho é um expresso metido a besta. Vejam que infantilidade do cidadão que não teve outros argumentos para tentar bater,

para tentar dizer o contrário da intenção da URBS de poder planejar um melhor sistema de transporte coletivo.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado Algaci?

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu quero deixar aqui a nossa posição, a minha posição de lamentar que hoje um cidadão que mora em São José dos Pinhais, a menos de doze quilômetros de Curitiba, ligado com o Bairro do Boqueirão, a menos de um quilômetro e meio do Terminal do Boqueirão, se obrigue a pagar duzentos e noventa cruzeiros por uma passagem, o mesmo acontecendo com Piraquara, o mesmo acontecendo com Colombo, com a cidade de Rio Branco do Sul e outras cidades da região metropolitana. Um aumento terrível que foi aplicado, sem uma discussão, e além do que sem um anúncio na imprensa. Pela vez primeira eu vejo a imprensa não ser notificada, não ter saído nenhum release da Secretaria, da Divisão de Transporte coletivo do Governo do Estado, anunciando este aumento do transporte coletivo. Nem sequer se publica a cada aumento a tabela de cada cidade. O morador da cidade, da região metropolitana, no dia que o aumento é aplicado ele é surpreendido porque ele não tem a comunicação. Apenas, às vezes, se dá um exemplo de três ou quatro cidades que passaram a ter o aumento.

Mas nas outras cidades não se especifica quanto custa a passagem. De repente o passageiro brigando com o cobrador, sem saber se é verdade que houve o aumento e se é verdade aquele valor da passagem que se cobra naquele momento.

Então, fica aqui a nossa posição e já vou dizer bem claro aqui: quando se aumenta o transporte em Curitiba, há o Conselho Municipal de Transporte Coletivo, do qual eu faço parte; e toda vez que se está na expectativa de um aumento, quando ocorre um aumento de peças e outras coisas mais, nós nos reunimos e este Conselho, integrado por pessoas de vários segmentos da sociedade, que ali discutem e ali dão o seu voto, favorável ou não ao aumento, favorável ou não ao valor daquela passagem.

Então, não podemos aceitar, não podemos admitir em nome especialmente do cidadão, do trabalhador, da Região Metropolitana. Aqui nesta Casa nós temos um bloco, o Bloco, o Bloco de Deputados da Região Metropolitana, e este Bloco tem por obrigação de convocar o Sr. César Benoliel para vir a esta comissão de Deputados esclarecer de que forma foi feito esse aumento, em que base foi feito este aumento.

O Sr. Rafael Greca - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Veja, Deputado Algaci Túlio, na verdade hoje os 300 mil trabalhadores que dormem nas cidades do entorno de Curitiba, nas ditas cidades da Região Metropolitana e trabalham em Curitiba, estão sendo condenados a pagar até 490 cruzeiros pelo seu percurso entre o domicílio e o trabalho. O "Ligeirinho", acoplado a São José dos Pinhais, a Colombo, a Araucária, a Tamandaré, a Campo Largo, facilitaria a integração dessas pessoas, desse público de 300 mil passageiros à rede integrada de transporte de Curitiba, com as múltiplas possibilidades de deslocamento.

E pasmem os Senhores que o transporte metropolitano é mais caro (290 cruzeiros) do que o transporte urbano, no entanto o percurso médio por linha, segundo dados da urbanização de Curitiba Sociedade Anônima e pesquisa feita no último dia 18 de novembro é de 20 Km para as linhas urbanas de Curitiba e de 12,3 a 12,6 Km para as ditas linhas metropolitanas. Quer dizer que se paga mais para se andar menos e se paga duplamente quando o trabalhador é obrigado a fazer um percurso urbano dentro do território da capital e um outro percurso metropolitano.

Hoje eu estava com o Prefeito Jaime Lerner na Secretaria do Meio Ambiente, quando o Diretor Geral do Grupo Carrefour veio trazer ao Prefeito de Curitiba uma solitação, pautado em extensíssimo abaixo-assinado dos funcionários do Carrefour, em que 80% deles moram em Curitiba e trabalham no Carrefour, para pedir a extensão da linha do "Ligeirinho", que vai ter ponto agora do Interbairros II, ali na frente do Detran, no confim da Cidade, até o pátio do Carrefour, em Pinhais. E o Jaime Lerner disse: não posso porque o César Benoliel, do DST, não me autoriza a entrar na Região Metropolitana da Cidade.

De maneira que me parece que o Sr. Deputado Beraldin tem um projeto nesta Casa em favor da integração do transporte metropolitano deve efetivamente nos apoiar no sentido de exorcizar tudo que vai devagar no Governo do Estado com relação ao transporte metropolitano, o que vai devagar no serviço ao povo que parece que só as tarifas - as tarifas sobem ligeirinho.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu utilizo a partir deste momento o horário da Liderança do PDT. Eu na verdade, a minha vinda à tribuna não seria exatamente para o assunto, mas foi uma continuidade do assunto, mas sim para dizer e lamentar que hoje o jornal "Folha de Londrina", de esclarecer e de ler esta nota hoje, em que o Governador diz ser chantageado pelos jornais do Paraná inteiro. Parece-me que o Governador, depois da cassação que levou do seu

partido, ficou um tanto quanto desequilibrado momentaneamente - não desequilibrado mental, não é isso que eu quero dizer -, mas se perdendo até em algumas afirmações; e não pode agora sair o Governador mais uma vez quando saiu do tal de "disque-Quêrcia", que foi triste e lamentável para si e que provocou a sua cassação porque denunciou e não provou, não pode agora o Sr. Governador... não estou aqui autorizado e nem com procuração de nenhum jornal, mas me sinto na obrigação de vir a esta tribuna por ser jornalista, me sinto na obrigação, por ser um comunicador, de vir aqui lamentar estas acusações do senhor Governador, principalmente quando não cita este ou aquele órgão. Girou a sua metralhadora para todos os cantos, agredindo os jornais, emissoras de televisão, justamente, por coincidência, no momento em que alguns jornais, da capital e até o interior, fizeram algumas matérias como por exemplo, até hoje e por incrível que parece a Bancada do PMDB nesta Casa permitiu que viesse o esclarecimento naquele pedido de informações e até mesmo na convocação da Secretária Gilda Poli. Se tivesse votado favoravelmente, quem sabe, as dúvidas fossem esclarecidas. No caso do Superintendente do Teatro Guaíra e mais recentemente do caso do irmão do Governador também. Agora com este fato que verificou-se na semana passada, do atentado ao Jornal do Estado que, por coincidência também, foi o Jornal que fez as duas acusações e que por coincidência também o Jornal que vem hoje com a matéria. Aliás, hoje é a Gazeta do Povo: "Músicos da Sinfônica do Paraná, expõem dificuldades ao Governador". Exatamente em cima daquele nosso pedido de informações, estava também vinculada a situação dos músicos da nossa Sinfônica, que quase fizeram a greve e quase que o "Rigoletto" não acontece.

Eu quero aqui neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer da minha solidariedade, como homem de imprensa, como jornalista que sou, aos meios de comunicação, dizer que na madrugada do dia 22 de novembro último, o escritório do Diretor Presidente do Jornal do Estado, jornalista Roberto Barrozo, sofreu um atentado político. Pessoas não identificadas arrombaram uma das janelas do escritório, no segundo andar da Galeria Ritz, por volta da zero hora quando não havia vigilância no prédio. O gabinete foi violado, todas as gavetas e armários revirados, mas nada foi levado, exceção de dois objetos de pequeno valor. Os primeiros funcionários que chegaram ao escritório, alertaram o Presidente da empresa, do ocorrido e o Dr. Barrozo então, entrou em contato, por telefone, com o Delegado Geral da Polícia Civil, alertando que se tratava de um atentado

político promovido por pessoas descontentes com a linha editorial do Jornal que é de forte denúncia dos atos irregulares cometidos na administração pública.

Nós aqui temos a matéria que foi divulgada. O Editorial, que diz: (Lê)

#### "O PREÇO DA COVARDIA"

O atentado ao gabinete do diretor-presidente do Jornal do Estado, jornalista Roberto Barrozo, no segundo andar da Galeria Ritz, no centro de Curitiba, na madrugada de ontem, foi um fato lamentável. Nós tememos que tenha sido atitude de gente descontente com a linha editorial do jornal e sua postura corajosa de denunciar atos irregulares. Não acreditamos que os atos tenham partido de autoridades, mas em toda sociedade e em todos os partidos há elementos capazes de ações violentas como esta para intimidar os jornalistas e o jornalismo independentes. Não conseguiram.

O atentado ao JE não intimida o diretor-presidente Roberto Barrozo, que tem tradição de luta na denúncia de irregularidades, a qualquer preço."

Pode até ter sido ação de ladrões comuns. Estamos esperando o resultado das investigações policiais e a apresentação dos criminosos. Até lá, nos reservamos o direito de suspeitar de um covarde atentado político, tentando calar a nossa voz. Não estamos intimidados. Vamos continuar.

"E o Jornal do Estado tem continuado a sua luta, mostrando as irregularidades, os atos que estão acontecendo no Governo do Paraná e hoje foi a vez do Jornal A Folha de Londrina que estampa esta matéria em que o Governador vai até a TV Tarobá, do mesmo grupo da Folha de Londrina, e faz estas afirmações. Não faz denúncias, porque na verdade, não cita nomes, mas afirma, girando a sua metralhadora para todos os cantos aí."

Então, é preciso que haja um pouco mais de calma do Governador. O Paraná não se governa com palavras, se governa com atos, com obras como nós, Prefeito Jaime Lerner, estamos governando a cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Está com a palavra o senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Nós estamos na tribuna para questionar algumas questões a respeito do Governo Roberto Requião. E aqui perguntamos qual a diferença entre o Governador Roberto Requião e o Presidente Collor de Mello no tratamento da coisa pública. Faz o Governador assim como o Presidente o discurso da moralidade, enquanto, na prática, estamos vendo o seu comportamento através dos

decretos quando muda os seus assessores de um cargo a outro sempre fazendo com que eles percebam um salário superior. Isto é totalmente imoral!

A questão das licitações públicas que Collor de Mello tem se comportado da maneira mais desonesta possível; o Governador faz decreto dizendo que até um bilhão não precisa ter concorrência pública, o que, na prática, significa a mesma coisa do tratamento dado por Collor de Mello.

Qual a diferença no que diz respeito a democratização do Estado e democratização das relações entre a sociedade e o poder constituído.

Collor de Mello age autoritariamente e impõe toda a sua vontade ou tenta impô-la ao Congresso Nacional.

Roberto Requião de Mello e Silva não age diferente, faz decretos para revogar leis; no lugar de leis complementares, assina decretos; e em relação aos Servidores Públicos não negocia absolutamente nada e desrespeita a todos.

No tratamento do Poder do Estado, da transparência pública, Collor de Mello não deixa nada transparecer à sociedade, não demonstra nenhuma vontade em democratizar aquele Poder.

E Roberto Requião tem tido a mesma postura.

Na questão do autoritarismo não é diferente. Em quase dois anos de Governo o Presidente Collor tem-se comportado de uma maneira autoritária em relação à sociedade, em relação aos Servidores Públicos.

Requião, em poucos meses, tem tido a mesma postura autoritária e facista que Collor tem tido. Roberto Requião, com um discurso de esquerda, de extrema esquerda se aproxima do fascismo e tem um comportamento fascista em relação à sociedade.

Hoje, os Servidores Públicos pararam suas atividades porque não conseguem sobreviver com o salário que lhes é imposto e não conseguem, no final do mês, comprar o mínimo necessário para sua sobrevivência. Por um dia paralisados, desrespeitando todas as leis e tudo o que se tem na Constituição, o Governador foi para a televisão hoje ao meio dia e diz que vai cortar o ponto, descontar uma semana de trabalho destes Servidores. Isto é ditadura! Isto é fascismo. E Roberto Requião não tem tido outra postura a não ser a de ditador e a de fascista.

Por mais que queira a Bancada de sustentação do Sr. Governador demonstrar que ele é um democrata, que ele tem uma administração transparente, que ele é um perseguido político dentro do PMDB, por que que ele não explica as gestões passadas do PMDB na Administração Pública do Paraná? Por que que ele não explica a nós o que foi denunciado aqui hoje do aumento do

transporte coletivo intermunicipal, quando já se fala e já se tem todos os "buchi-chos" que foram os donos das empresas que financiaram a campanha de Roberto Requião de Mello e Silva; e que isto nada mais é do que retribuir o dinheiro que veio para a campanha.

Quando se diz que ele quer transparência, por que o medo de conversar com a sociedade.

Quando se diz que ele quer transparência, porque o medo de conversar com a Sociedade Civil organizada, porque o medo de receber a Sociedade Civil. E a Bancada do PMDB e a Bancada que sustenta o Governo tem tido a mesma posição em relação aos demais Parlamentares desta Casa.

Em qualquer circunstância, em qualquer momento, e quando algum Parlamentar levanta alguma suspeita, alguma denúncia em relação ao Governo do Estado, ou pede qualquer informação para obter o melhor conhecimento da administração pública, a Bancada Governista vota contrária aos demais Parlamentares, porque não querem transparência na coisa pública, não querem que nós fiquemos sabendo o que anda ocorrendo no Governo do Estado em relação a todos os setores da Sociedade.

Portanto o que há de diferença entre Collor e Requião, no meu entender é absolutamente nada, porque os dois agem igualzinho em relação ao Parlamento, em relação a Sociedade Civil organizada, os dois são ditadores.

C SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, mais uma vez, me traz a esta tribuna o assunto do Município de Pinhão. Hoje vendo pela imprensa declarações no jornal "O Estado do Paraná", onde notícia que "a PM faz operação desarmamento em Pinhão". Nos surpreendeu quando, segundo o jornal informações da Secretaria de Segurança Pública, faz aqui algumas afirmações que cabe-nos. Por isso, estamos encaminhando ao Secretário de Segurança em nome da Comissão Parlamentar designada para tal, solicitando informações a respeito destas notícias vinculadas no dia de hoje. Quando aqui, segundo informações da Secretaria de Segurança Pública, disse que, alguns distúrbios foram verificados na área, inclusive com tiroteios entre posseiros antigos e novos invasores, resultando em ferimentos em três pessoas.

Estas afirmações da Secretaria de Segurança, nos leva a solicitar informações de que se a Secretaria já tem dados concretos sobre os referidos tiroteios e sobre o ferimentos em três pessoas desses ataques, segundo os lavradores por pisto-

leiros da região. Diz ainda, de que em função da possibilidade de ocorrerem outros conflitos a PM desencadeou ação preventiva. O que nos deixa perplexo - ação preventiva depois de terem ocorridos quatro atentados naquele Município, num período de aproximadamente trinta dias de um a outro e só agora, nos últimos dias após requerimento aqui aprovado nesta Casa, se fez uma batida naquele Município, em função das pressões, das denúncias da Imprensa.

Diz ainda, que foram apreendidas três espingardas, três revólveres calibre 38 e também foi detido e autuado por porte ilegal de armas, Alcindo Silvério Caldas. O resultado só não foi maior, mais significativa porque, segundo os próprios posseiros suspeitaram que a operação seria realizada e esconderam os armamentos.

Estas afirmações da Secretaria de Segurança, nos dá entendimento que já se tem os autores desses crimes ocorridos no Município de Pinhão, o que leva-nos à Comissão a solicitar informações da Secretaria de Segurança.

Eu queria denunciar ainda, ou melhor, esclarecer o Plenário, de que na última 6ª feira, um batalhão de aproximadamente 60 homens da Polícia Militar fez uma investigação na área.

Com base já em 14 prisões preventivas decretadas pelo Meritíssimo Juiz daquela Comarca, para prender 14 supostos pistoleiros e que não são nenhum envolvidos no que denuncia aqui a Secretaria de que são os posseiros antigos e invasores novos. E que segundo informações colhidas do Promotor daquela Cidade, apenas uma pessoa foi detida e esta pessoa não está entre os catorze mandados de prisão preventiva expedidas pelo Senhor Juiz daquela Comarca.

Portanto, nós estamos percebendo que há muitas contradições. E se verdadeiras estas informações da Secretaria de Segurança, já deverá ter processo montado nesta Secretaria. O que nos causa surpresa é que hoje o Promotor nos informava de que na sexta-feira, quando a Polícia Militar fazia varredura na área, se apresentou a ele um delegado especial, detetive, um investigador da Polícia Civil que estava no Município para fazer investigações e que reclamou ao Promotor, surpresa, de que ele estava fazendo "batida" na área. O que nos deixa um pouco perplexos.

Para concluir, Senhor Presidente, um outro dado contraditório é que tenho em mãos um telex de que o Secretário Favetti envia ao Dr. José Maria Corrêa, designando um delegado, nominado de Dr. Betes, para o caso especial de Pinhão e que até hoje, segundo informações do Dr. Hugo, Promotor daquela Cidade, não chegou até ele nem até



a Delegacia, nem até o Comando da Polícia Militar da Cidade nenhum delegado especial para apurar o caso. Enquanto a Secretaria, segundo o Jornal do Estado do Paraná denuncia aqui já casos concretos sobre o problema da violência no Município de Pinhão.

Nós queremos informações neste sentido, do Secretário de Segurança. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Lê) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

Diariamente temos presenciado manifesto do funcionalismo público estadual sobre as dificuldades existentes, principalmente relacionadas à crise econômica que estamos vivendo, o que tem reflexo direto nos baixos salários que vêm sendo praticados.

Presenciamos, também, o processo de autarquização de diversas fundações, aprovado por esta Casa, apesar de inúmeros protestos sobre os riscos advindos desta atitude, principalmente no que se refere às características de cada entidade envolvida no processo.

Gostaria de particularizar o caso de uma destas instituições para exemplificar a situação vigente no Estado; uma vez que dentro do Cenário Nacional, o Paraná tem uma das estruturas administrativas mais "enxutas", o que não justifica o processo de penúria em que se encontram seus funcionários.

O Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, desde sua fundação em 1972, vem se dedicando à geração e difusão de tecnologias para a agropecuária paranaense.

Com uma estrutura de 17 estações experimentais, 04 laboratórios de solos, 2 laboratórios de nutrição animal, 33 estações agrometeorológicas e experimentos implantados em propriedades particulares, o IAPAR está presente diretamente em mais de 50% dos Municípios paranaenses, gerando tecnologias para todos eles.

A existência de uma massa crítica de alto nível, capacitada para a proposição e análise de políticas agrícolas, nem sempre é visualizada. Esse grupo de profissionais altamente capacitados, tem sido sub-utilizado na formulação de planos de governo, apesar de representar um acervo de conhecimentos especializados que o Paraná não possuía há 15 anos.

Entre as contribuições proporcionadas pelo IAPAR, à agropecuária paranaense, destacam-se:

01) A criação e recomendação de mais de 45 variedades de diversas culturas que

já estão disponíveis aos agricultores. 18 variedades de trigo, 09 variedades de feijão, 03 variedades de milho, 03 variedades de triticale, 02 variedades de arroz, 02 variedades de algodão, 01 variedade de mandioca, 01 variedade de tremoço, 01 variedade de batata.

Apenas para se ter uma idéia dos benefícios econômicos para o Estado, uma das variedades de trigo criadas pelo IAPAR (a tapejara - cultivada em 25% da área tritícola do Paraná), gerou em 1989, um retorno de ICM da ordem de 12 milhões de dólares, equivalente a dotação orçamentária anual da instituição. Com as variedades de feijão, caracterizadas pela elevada produtividade, estabilidade de produção e resistência às principais doenças, pode-se obter redução de até 9 milhões de dólares nos custos anuais de produção;

02) A viabilização da citricultura no Estado do Paraná, pela seleção de variedades resistentes ao cancro-cítrico, bem como através da adequação de práticas de manejo de pomares;

03) Introdução, testes e recomendação de cultivares de arroz irrigado, algodão, ervilha, além de espécies frutíferas (abacaxi, laranja, manga, abacate, pêssego, maçã, nectarina, etc), criadas por outros órgãos de pesquisa do País e do exterior;

04) Desenvolvimento de processos de manejo integrado de solos e águas para o controle de erosão e prevenção dos recursos naturais desenvolvida pelo IAPAR é o pilar de sustentação do programa de manejo e conservação dos solos (integrante do Paraná Rural), o que viabilizou a captação de 63 milhões de dólares pelo Governo do Estado, junto ao Banco Mundial;

05) Viabilização do Programa Estadual de Irrigação e Drenagem - PROID, subsidiando o Governo do Estado nas tomadas de decisão para a condução do programa;

06) Controle biológico do pulgão do trigo e do mandorová da mandioca, reduzindo substancialmente o uso expressivo de defensivos agrícolas, o que permite a economia anual de 49 milhões de dólares em venenos, minimizando inclusive os efeitos da poluição ambiental;

07) Manejo integrado de pragas do algodão, reduzindo-se em até 60% o uso de veneno, o que é traduzido em um decréscimo de 20 a 30% nos custos de produção da lavoura;

08) Definição de tecnologias para a recuperação de lavouras cafeeiras em solos degradados, através do manejo integrado, com ênfase ao emprego de adubos verdes e orgânicos;

09) Definição de alternativas para alimentação de gado de corte e leite em período de carência e escassez de pastagens, além de iniciar ações de pesquisa

que estão viabilizando o programa de desenvolvimento da bubalinocultura da Secretaria da Agricultura;

10) Atividades de dias de campo, palestras, simpósios e treinamento de pessoal da extensão rural;

11) Orientação e produção de mudas e sementes básicas de alta qualidade, que são utilizadas pelos agricultores paranaenses, na produção de grãos;

Convém ressaltar que o Estado tem que se preparar para melhor participar do MERCOSUL que visa o comércio entre os países do cone sul e a abertura de novas opções de mercado no exterior, o que somente se viabilizará via tecnologia, aumentando a oferta qualitativa e quantitativa dos produtos.

Estes são apenas alguns exemplos de um grande elenco de atividades do IAPAR, que nos levam ao seguinte questionamento: "será que o Estado deve investir no IAPAR?"

Hoje, a situação do IAPAR é das mais críticas, comprometendo seriamente o futuro da pesquisa agropecuária. Vejamos algumas situações:

A) PERDA DE AUTONOMIA: Não é admissível que uma instituição como o IAPAR venha perdendo, ao longo dos anos, a sua autonomia administrativa. Isto é justificado pela natureza das atividades da empresa, que deve ter capacidade e agilidade nas suas decisões no âmbito da administração de pessoal (reposição, promoção, treinamento, etc), execução de investimentos, geração e utilização de recursos próprios, entre outros.

B) REDUÇÃO DO ORÇAMENTO REAL: Desde 1986, os recursos reais disponíveis vêm se reduzindo, embora tenha havido um grande incremento de atividades com a participação do IAPAR em programas especiais do governo estadual, como o Paraná Rural. Em termos reais, a despesa total de 1990 foi 30% menos do que a de 1986.

Concedo com satisfação o aparte a Vossa Excelência.

A Sr.<sup>a</sup> Emília Belinati - Eu quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento nesta tarde, é bem oportuno, porque nós estivemos na semana passada conversando com funcionários do IAPAR em Londrina, que nos procuraram, nós Deputados do PDT, Deputado Rafael Greca, Algaci Túlio, Deputado Cezar Silvestri, o Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, o Prefeito de Londrina e a nós, colocando a situação crítica que está passando o IAPAR de Londrina. Pasmem os Senhores Deputados, aumentou o índice de alcoolismo dentro do quadro de funcionalismo do IAPAR, hoje chega mais de 25% dos funcionários do IAPAR que se tornaram alcoólatras, que estão ingerindo bebidas alcoólicas devido a trágica situação salarial

porque passam. Durante essa chuva, tempestade que aconteceu em Londrina o IAPAR foi assolado, houve um prejuízo de mais de 50 milhões de cruzeiros, prejuízo nas instalações do IAPAR, sem contar os experimentos que foram perdidos e nós com toda essa importância do IAPAR para o Estado do Paraná, que é essencialmente agrícola, não se investe num Instituto de Pesquisa como esse.

Eu quero cumprimentar pelo seu pronunciamento e dizer que é muito feliz e oportuno. Queremos nos somar a ele e pedir ao Governo do Estado que tome providências, que mande recursos para o IAPAR para que o Estado, e também o IAPAR possa continuar as suas pesquisas, enriquecendo o Estado do Paraná e de acordo com todas essas colocações que o Senhor fez, com toda contribuição que o IAPAR vem dando ao Estado do Paraná é inadmissível que o Governo do Estado fique insensível aos anseios, às solicitações do Instituto de Pesquisa do IAPAR.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e peço permissão para que possa ser incluído no meu pronunciamento a sua brilhante participação.

Concedo com satisfação o aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, o seu discurso é uma ampla análise do comportamento e do que representa para o Paraná o IAPAR. Eu agradeço esta instituição desde o primeiro dia, desde o dia em que o Doutor João Ribeiro Júnior, que também foi Deputado Estadual, Deputado Federal, e diretor do IBC, conseguiu e determinou recursos para que ali se construísse o Instituto Agrônomo do Paraná. Então, conheço toda a sua luta, conheço o que se realizou em favor do Paraná, as variedades de trigo que saíram desse Instituto, as variedades de soja, enfim toda a pesquisa foi direcionada no sentido de proporcionar ao nosso agricultor melhores condições, melhores sementes, mais técnica agrícola.

É lamentável e nós conhecemos também este lado ruim do IAPAR, estado lamentável do IAPAR, quando lá estivemos com a Deputada Emília Belinati e outros Deputados numa Comissão Especial da Assembleia Legislativa, nós vimos que ali tem muita coisa sucateada, os microscópios são de vinte e cinco anos, enfim, precisa haver uma atenção especial do Governo do Estado; e quando nós estávamos propensos a fortalecer aquela instituição vem a transformação da fundação em autarquia, o que de certa maneira veio fazer um entrave a um processo de desenvolvimento

do IAPAR. É lamentável que isto esteja ocorrendo num Estado essencialmente agrícola, porque o IAPAR deveria ser olhado com atenção especial pelos órgãos governamentais, com apoio total do Governador do Estado. Se Sua Excelência não tem nenhum vínculo com a agricultura, o Secretário da Agricultura é intimamente ligado a este setor, os Deputados que representam o Norte do Paraná e a agricultura paranaense, dentre os quais Vossa Excelência com brilhantismo faz parte, nós Deputados que saímos da região agrícola nós temos que estar aqui como está Vossa Excelência hoje, clamando por justiça, clamando por verbas, chamando a responsabilidade do Governo e acima de tudo valorizando esse instituto que deve ser valorizado por todo homem público do Paraná. Era a contribuição que eu tinha que dar modesta ao brilhante discurso de V.Exa.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço a contribuição de V.Exa. e insiro-o ao meu pronunciamento que com certeza será de grande valia para que o Governo do Estado se sensibilize e atenda, imediatamente, as reivindicações deste importante Instituto Agrônomo do Paraná. Com o aparte o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Tadeu, antes de mais nada gostaria de me somar a sua preocupação e com os demais Deputados que lhe apartearam. Mas, eu acredito que mais do que nunca o momento é grave e, principalmente, o Estado do Paraná deve fazer um alerta, deve se alertar para a grande preocupação e inclusive eu participei de um Fórum de Debates aqui na Assembleia Legislativa com relação ao Mercosul. Nós, a partir do ano que vem, vamos ter que começar a competir em igualdade de condições com países como a Argentina, Uruguai e Paraguai, principalmente no caso do trigo e cevada que são culturas de inverno: e a região de Guarapuava, a região dos Campos Gerais são produtos que vamos competir em desigualdade com a Argentina, então, mais do que nunca a importância de um órgão de pesquisa no Paraná e é necessário que o Governador do Estado e toda sociedade paranaense se alerte para esse fato. Nós precisamos realmente investir em pesquisas, em variedades novas, principalmente no trigo e cevada porque se não será realmente o fim da agricultura do Paraná.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e continuo na análise difícil que devemos fazer em relação ao Instituto Agrônomo do Paraná.

Além disso, a participação do Governo Federal no aporte de recursos ao IAPAR através da EMBRAPA, tem sido reduzida. Em

1975, 26% do orçamento do IAPAR era proveniente de repasses feitos pela EMBRAPA. Na década de 80 estes repasses foram sendo reduzidos e no ano de 1990, apenas 0,64% do orçamento foi coberto pela EMBRAPA, o que mereceu menção crítica especial do Deputado Federal Flávio Arns, em discurso na Câmara dos Deputados.

c) PROBLEMAS SALARIAIS: No que se refere a recursos humanos, a última avaliação de desempenho que teve reflexos salariais foi feita em 1981. Em 1988 foi aprovado pelo Governo do Estado um novo "Plano de cargos e Classificação de cargos e Salários - PCCS", mas a autorização do Governo para sua implantação foi parcial.

Em julho de 1989 foi iniciada uma avaliação de todo o pessoal existente, visando o enquadramento no novo PCCS, trabalho esse completado em fins de 1990. Não há, no entanto, nenhuma perspectiva de implantação plena do novo PCCS, embora o custo seja menos de 15% da folha de pagamento.

No que se refere à defasagem salarial, as distorções são extremamente preocupantes e só para se ter uma idéia, os vencimentos do IAPAR são cerca de três vezes inferiores aos da EMBRAPA, apesar de que os dois órgãos citados, têm a mesma atribuição quanto à natureza do trabalho. Um pesquisador de nível 3 (com mestrado), com 16 anos de serviço no IAPAR ganha atualmente 404.547,00, enquanto que na EMBRAPA um funcionário do mesmo nível percebe 1.348.777,00, mensalmente.

Quando comparado à EMATER/PR, os salários do IAPAR também estão defasados, haja vista, que um técnico do mesmo nível do citado anteriormente, percebe naquela Empresa Cr\$ 1.022.431,00, mensalmente.

O problema da defasagem salarial existente, compromete substancialmente o futuro da instituição, haja vista que, o Estado investiu e tem investido recursos no treinamento e capacitação de pessoal, e a evasão de pesquisadores de alto nível vai ocorrer gradativamente na medida em que outras oportunidades de emprego forem surgindo tanto na iniciativa privada, quanto em outros organismos públicos nacionais e internacionais.

Entendemos que medidas urgentes devem ser tomadas para reverter a situação e evitar o colapso na pesquisa de alto nível.

Entre essas medidas sugerimos:

01) - Recuperação do papel decisório do Conselho de Administração, onde estão representados as organizações vinculadas ao setor agrícola e a área de ciência e tecnologia, além do próprio Governo do Estado;

02) - Autorização para acerto das distorções e defasagens salariais, o que a

médio prazo, significa um ganho real ao Governo do Estado, que inevitavelmente haverá de arcuar como ônus causado por diversas ações trabalhistas, em trânsito para julgamento, mesmo que seja através de acordo;

03) - Autorização para a reposição imediata de funcionários demitidos da instituição;

04) - Delegação permanente para que o afastamento de funcionários para cursos de treinamento seja decidido ao nível interno, sempre que os custos não onerem o tesouro do Estado;

05) - Delegação permanente para decisões internas a respeito de investimentos feitos com recursos que não o do tesouro do Estado.

Face ao exposto, Senhores Deputados, devemos avaliar com critério os problemas existentes com o funcionalismo estadual, aqui resumidamente exemplificado apenas pelo esboço de uma instituição, e medir as conseqüências que teremos no futuro.

O Estado, apesar da devida rigidez no controle dos gastos com o funcionalismo e da suposição de apresentar uma máquina "enxuta", deve planejar de forma clara os destinos e finalidades de cada instituição, promovendo maior fortalecimento e atenção àquelas que estrategicamente têm que ter um tratamento diferenciado, pela natureza das suas ações e da capacitação dos seus funcionários.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - No momento em que o País urge por uma solução imediata na questão da sua crise, o Governo do Paraná deixa um dos seus principais institutos de contribuição efetiva à economia do nosso Estado e, por via de conseqüência, de contribuição efetiva à economia do País, o IAPAR está relegado ao segundo plano e todo o investimento feito pelo povo paranaense, através dos impostos pagos, está em estado de deterioração.

Isto por falta de responsabilidade dos nossos Governantes que deveriam empunhar a bandeira da decência, da honestidade, do respeito ao funcionário público do Estado do Paraná, que é hoje o pior pago neste País, porque não existe uma política definida de pessoal, porque não existe uma política voltada para atender os interesses do nosso trabalhador! Não é só a questão do IAPAR.

O Estado do Paraná que antes foi exemplo na área de educação, ontem vimos estarrecidos num jornal de circulação nacional uma matéria em que as escolas do Paraná estão ameaçadas de fechar porque um professor não ganha mais do que 103 mil cruzeiros e o Governo não assume a responsabilidade. Pelo contrário, ameaça descontar os dias dos trabalhadores que, pacifi-

camente, vão às ruas para pedir salários mais justos para que não possam passar fome.

Portanto, chegou o momento de empunharmos a bandeira da moralização e da decência. Porque é o momento que estamos sendo responsabilizados pela subserviência de alguns dos integrantes deste parlamento que não levantam a voz em defesa do povo. Que foram eleitos e se acomodam na esperança de benesses que o Governo possa dar hoje, agora ou amanhã.

É hora, Senhor Presidente, é hora Senhores Deputados, de dizer um "basta"! Esta Assembléia tem autonomia, tem voto, tem o respaldo popular. Esta Assembléia deverá e tem que ter o povo ao seu lado. Vamos tentar contornar e resolver algumas injustiças. É injustiça do IAPAR, do funcionário da Secretaria de Educação, do funcionário do Executivo Estadual. - Chegou a hora de empunharmos a bandeira do Paraná e não a bandeira do Governador Roberto Requião.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Com satisfação apartamos Vossa Excelência, Deputado Tadeu, para informar a Vossa Excelência e aos demais Deputados que embora veemente o vosso discurso, no todo ele não procede. Principalmente no que diz respeito aos servidores do IAPAR que, concordamos estão recebendo salários que não condizem com suas atribuições. Mas dizer que o Governo não tem feito nada, que o Governo não tem se sensibilizado, não é verdade.

Ainda recentemente, quando da interiorização do Governo na cidade de Faxinal, tivemos a oportunidade de acompanhar junto com o Deputado Severino Félix, junto com o Deputado Antônio Costenaro, junto com o Deputado Edson Silva Lino, que lá estavam, a audiência que foi concedida por Sua Excelência o Governador Roberto Requião representantes do IAPAR que foram a ele levar as suas preocupações, as suas necessidades. E naquele dia, Deputado Tadeu, Senhores Deputados, foi ajustado também que o Governador os receberia na reunião que teria com Secretários de Estado na terça-feira seguinte, e eles foram até a Granja do Canguiri onde levaram as suas propostas de reposições salariais e de aumento salarial que foram recebidos e que estão sendo analisadas pelo Governo.

Ainda hoje, o Deputado José Tavares na nossa querida Cidade de Londrina apresentou a liderança do PMDB e a liderança do Governo na reunião que ocorre todas as terças-feiras do Governador, do vice-Governador, do Chefe da Casa Civil, do Procurador Geral do Estado, do Secretário da Fazenda, do Planejamento, da

Administração e o assunto principal tratado na reunião de hoje diz respeito à mensagem que Sua Excelência o Governador enviará à Assembleia Legislativa na semana que vem, deve inclusive, neste momento, estar sendo anunciado pelo Governador ou pelo Secretário da Administração a respeito dessa mensagem que virá a semana que vem propondo os ajustes salariais a partir do mês de janeiro, e nos informa o Deputado José Tavares que da reunião de hoje ficou estabelecido que algumas categorias de servidores do Estado terão ajustes salariais superiores a 300% nessa proposta que pretende o Governador de corrigir injustiças. E nos informa ainda o Deputado Tavares que pela proposta discutida nenhum segmento receberá menos do que 100%, isso ainda está fechando-se os cálculos. Então não pode Vossa Excelência num discurso animado, inflamado, vir aqui atacar o Governo que nada se faz, que não tem plano de revisão salarial, que não tem uma proposta. Desde o dia em que chegou ao Palácio Iguaçu o Governador tem se preocupado com a questão salarial dos servidores públicos, e tem adotado uma política que embora contestado por alguns no nosso entendimento e no entendimento da maioria dos servidores públicos é a postura correta dos aumentos diferenciados justamente para corrigir as injustiças, as distorções, os desequilíbrios que ocorreram ao longo de toda história do funcionalismo público do Paraná. Portanto, Deputado, eu vejo que Vossa Excelência tem razão quando fala que o funcionário público está ganhando pouco, mas não tem razão nenhuma de vir aqui afirmar que o Governo não está sensibilizado, que não tem nenhuma preocupação, que não tem nenhuma proposta. O Governo está preocupado sim, está fazendo muito além daquilo que pode em função que arrecada nos dias de hoje, e que não é culpa só dos funcionários que cuidam da arrecadação, todos nós sabemos que o Brasil inteiro passa por processo recessivo onde a arrecadação não é só no Paraná, no Brasil inteiro está realmente diminuindo no dia-a-dia, sistematicamente a arrecadação tem caído e o Governo do Estado tem feito muitas vezes até além das suas possibilidades no sentido de atender aos anseios de uma camada de servidores públicos. Vem, agora mesmo, conceder um abono de quarenta e dois mil cruzeiros que para muitos, para a grande maioria dos servidores públicos representa até perto de 100% na equiparação que faz com seu salário, enquanto isso todos nós estamos lendo e vendo no jornal e na televisão que o Governo Federal está para conceder um abono de oito mil e quatrocentos ou 15 mil cruzeiros. Aqui no Paraná, apesar de todas as dificuldades ainda se concede um abono de

quarenta e dois mil cruzeiros.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu só quero contestar o Líder do Governador Roberto Requião nesta Casa, que eu não sei como se mede sensibilidade de Governante, talvez o Líder do Governador Roberto Requião, afere a sensibilidade diferente das pessoas sensatas, porque nós temos notícias de que desde que o Governador Requião assumiu, o funcionalismo público estadual recebeu 20% de aumento. E o Líder do Governo vem dizer que o Governador é sensível.

(Conversas paralelas).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente eu solicito que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está assegurada a palavra.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Vossa Excelência se inscreva no horário das Lideranças e defenda o seu Governador.

Mas vamos além, vamos ver como o Líder do Governador Roberto Requião tem dificuldade para defender o indefensável, como eu disse aqui num pronunciamento anteriormente, quarenta e dois mil cruzeiros de abono, palavra do Líder, isso significa 100% de aumento ao funcionalismo, isso é uma vergonha nacional, um funcionário público do Governo do Estado ganhando quarenta e dois mil cruzeiros.

Eu pergunto a Vossa Excelência nobre Deputado Orlando Pessuti, se Vossa Excelência ganhasse quarenta e dois mil cruzeiros por mês o que faria, faria como Figueiredo, deveria dar um tiro no ouvido.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados é lamentável que o Líder da Bancada do Governador Requião não tenha um instrumento correto, um instrumento decente, um instrumento de justiça para ferir a sensibilidade do governante, do príncipe de plantão no Palácio Iguaçu.

Ouçó com satisfação o Deputado Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Obrigado pelo aparte concedido.

Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, Senhores Deputados, dizer que o Governador recebeu os representantes dos servidores na chácara do Canguiri é mentira; foi recebido o Presidente do IAPAR. O Presidente do IAPAR é cargo indicado pelo Senhor Governador, é cargo de confiança do Senhor Governador e ele responde pela política do Senhor Governador. Os reais representantes dos trabalhadores são representados pelo seu sindicato e nenhum dos sindicatos dos servidores públicos do Estado do Paraná

foi recebido em dia nenhum pelo Senhor Governador.

Disse muito bem o Deputado Tadeu Lúcio Machado ao dizer que quarenta e dois mil representa cerca de 100% do que ganha o trabalhador é uma afronta aos trabalhadores. É o único abono e nós sabemos que cerca de 50% dos trabalhadores do serviço público estadual percebe abaixo de um salário e é complementado até um salário com um abono dado pelo Poder Executivo. Portanto, o que o Governador está fazendo com os servidores públicos estadual é humilhando-os, afrontando-os perante a sociedade. Ele não negociou em nenhum momento, disse, antes de entrar em greve, que vai negociar; quando se entra em greve diz que se negocia só depois que sair da greve. Isso foi com a Saúde e disse o Senhor Vice-Líder do PMDB, José Tavares, que um dia eles estavam preocupados, reuniram-se com o Secretário Nizan Pereira Almeida para resolver a questão da saúde e até hoje não resolve. Até hoje, não resolveu e não compareceu ninguém representando o Governo do Estado, que é o patrão, na DRT quando foi intimado pelo juiz de Trabalho. Não tem comparecido em nenhum local de negociação, nem quando intimado pelo Poder Judiciário. Esta é a postura do Governo do Estado.

Dizem os Deputados do PMDB que o Governador Roberto Requião está preocupado com o servidor público. Ele está muito preocupado sim em submetê-los à fome e à miséria porque não deu mais do que 20% de reajuste; o que tem dado de abono é miséria para esses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Uso o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Perfeitamente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Concedo com satisfação um aparte ao Deputado Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Eu gostaria de parabenizá-lo e constestar também o Líder do Governo no que se refere ao aumento em algumas classes no mês de janeiro em 100%. Vejam bem, dia 1º de janeiro é a data do dissídio coletivo de todas as classes dos funcionários públicos. Este mesmo dissídio que não foi respeitado em julho e que o Governador estará fazendo em janeiro é cumprir a lei para não ter nas suas costas as consequências. O que o governo tem feito no Estado do Paraná, junto ao funcionalismo público simplesmente é a

destruição das pessoas, da moral do servidor público.

Hoje, neste Estado não se respeita quem dá o máximo de si para que o Governador consiga fazer propagandas e as suas ... me falta a palavra para não ofendê-lo agora ... proselitismo, exatamente, Deputado Rosinha, para o Governador continuar o "seu show" que faz dentro do Brasil. O que realmente o Governador precisa é olhar para o servidor público e cumprir esse dissídio coletivo que não foi cumprido em 1º de julho.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que quero fazer um apelo, principalmente, à Bancada Governista desta Casa: a única forma da Assembléia Legislativa contribuir para que as distorções que ao longo do tempo tem-se avolumado possam se desfazer com a nossa contribuição será dizendo ao Palácio Iguaçu que este Poder é independente, que este Poder tem o compromisso de se relacionar bem com os outros Poderes, mas a Constituição da República e a Constituição do Estado garante a sua independência.

O dia que soubermos avaliar o verdadeiro poder que possuímos, haveremos de fazer deste Estado um Estado justo. O dia que nós tivermos a capacidade de avaliar o que representamos no contexto político social e econômico deste Estado, governante nenhum se sentirá o monarca de plantão.

O dia que a oposição e a situação se unirem para o dever e o compromisso maior, que é o de defender a população deste Estado, nós haveremos de fazer justiça, e aí então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós todos, independentemente de sigla partidária, independentemente de afinidades ideológicas, teremos orgulho de sair a pé, chegar na Boca Maldita, no interior do Estado, em qualquer vinho, em qualquer água, e dizer que estamos exercendo o sacrossanto cargo de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tenho esperança e tenho fé que um dia muito breve este dia haverá de chegar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Horário das Lideranças.

PMDB (Declina)

PTB (Declina)

PL. Com a palavra o Deputado Dalton Machuca.

O SR. DALTON MACHUCA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ao tomarmos conhecimento, através de "O Nosso Jornal", do importante apoio da



empresa Cotonifício Kurashiki do Brasil S/A, a iniciativa do Centro Educacional Santo Inácio, através da cessão de suas instalações esportivas para o desenvolvimento do Projeto Cidadão Ano 2.000, atividade educativa voltada para o adolescente pontagrossense, utilizando o esporte como atração do menor para um processo educativo fundamentado na educação integral, não podemos deixar de registrar as nossas congratulações por essa valiosa contribuição emprestada à formação da criança brasileira, apontando essa destacada organização industrial como exemplo para o Paraná, pelo valor de sua contribuição à educação, no momento em que o País atravessa uma de suas fases mais cruciais, com fortes reflexos na educação da juventude brasileira.

A crise da educação frustra os sonhos do adolescente, que chega à vida adulta despreparado em sua formação humana e profissional, iniciando uma participação social sem as bases indispensáveis dos valores espirituais, fundamentos imprescindíveis para inspirar as suas relações com a sociedade e com o desenvolvimento de uma cidadania em formação.

As expectativas de vida brasileira são desalentadoras, no campo da educação, face às crescentes dificuldades econômicas que sufocam o pouco interesse do adolescente pela escola, aumentando o desalento pela própria formação do adolescente.

Portanto, quando uma iniciativa dessa natureza, empreendida pelo idealismo de um grupo de homens dedicados à formação da juventude, como acontece com os idealizadores do Centro Educacional Santo Inácio, mantido pela Fundação Educacional 31 de Março, da cidade de Ponta Grossa, atendendo gratuitamente cerca de 100 adolescentes, com a participação da empresa Cotonifício Kurashiki do Brasil S/A, cedendo seu excelente complexo esportivo para o desenvolvimento do Projeto Cidadão Ano 2000, merece os nossos aplausos e a citação como exemplo para a sociedade paranaense, para que atividades dessa natureza frutifiquem na iniciativa particular como uma mais importante realização do empresariado pontagrossense.

Pelo valor dessa contribuição à educação paranaense, solicitamos o envio de cópias deste pronunciamento à indústria Cotonifício Brasil S/A, na oportunidade em que aquela grande organização industrial completa, nesta semana, 19 anos de atividades, no município de Ponta Grossa, como coroamento do seu desenvolvimento fabril, que se completa, assim, com o desenvolvimento espiritual da criança, alcançando a plenitude do progresso.

Instalada em Ponta Grossa, no alvorecer do período industrial do município, a

empresa Cotonifício do Brasil S/A vem se projetando no seio paranaense, como uma das mais importantes iniciativas do empreendimento do capital japonês no Brasil, propiciando emprego direto a cerca de 700 trabalhadores pontagrossenses, girando considerável volume financeiro, participando do crescimento do Parque Industrial de Ponta Grossa para maior projeção do município e contribuindo com uma considerável parcela de tributos para os poderes públicos.

Dispondo de amplas instalações, a empresa Cotonifício do Brasil S/A está situada bem próximo à cidade de Ponta Grossa, onde constrói um amplo e moderno complexo industrial, com todos os recursos tecnológicos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades empresariais, propiciando ao seu quadro funcional, modernas instalações de uma sede campestre, para criar e desenvolver o espírito de coletividade entre os seus funcionários, bem como contribuir para o desenvolvimento educacional e esportivo da comunidade pontagrossense.

Hoje, a organização Cotonifício Kurashiki do Brasil S/A constitui-se em um empreendimento vitorioso em nosso município e integra o Parque Industrial de Ponta Grossa, como uma realização que orgulha a Princesa dos Campos e o Paraná."

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Partido Independente.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento e neste dia, não posso deixar de me solidarizar com a manifestação dos servidores públicos do Estado do Paraná, porque estou aqui nesta Casa e já disse por diferentes vezes que jamais esquecerei da minha condição de servidor público do Estado do Paraná.

Parabéns a esta categoria que não em toda sua potência participou deste momento, participou deste dia de protesto, participou deste dia em que diz não àquilo que aqui acabou de afirmar o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

De fato, a situação é das mais tristes já vividas pelo Servidor Público do Estado do Paraná. Com certeza jamais teríamos condição de dizer que Cr\$ 42.000,00 de abono representa muito para quem está ganhando um salário de miséria, eu acho que isso é mais vergonhoso do que a mensagem que aqui vem para dar um paliativo momentâneo a quem está passando fome, a quem está passando necessidade e muito bem afirmava o Deputado Tadeu Lúcio Machado, quando no Estado do Paraná não se tem uma política salarial definida em termos de servidores públicos e o que estão hoje fa-

zendo os servidores públicos do Paraná, contestando nos diferentes cantos deste Estado, estão pedindo para que se abram as portas dos Poderes constituídos, das Secretarias e do Palácio para uma discussão salarial, quando se passa um ano de governo e não se tem uma definição daquilo que é direito do trabalhador, porque muito bem frisava Vossa Excelência, e já presidi um dos sindicatos, um dos maiores sindicatos deste Estado, e víamos quando citava o nobre Parlamentar Fregonese, dizendo da data-base.

Era uma realidade, Deputado Fregonese, foi uma realidade na vida do trabalhador do serviço público deste Estado, lamentavelmente o autoritarismo do fim de governo do Governador Alvaro Dias, acabou com a data-base e deu em módicas e suaves prestações um reajuste, não reajuste, uma reposição em cinco suaves parcelas daquilo que os servidores do Paraná haviam perdido já no ano anterior.

Quando se afirma a preocupação do Governo com uma política a partir de janeiro de 92, ora, Srs. Deputados, se não acontecesse uma sensibilidade do Governo do Paraná para quem já passou um ano de dificuldades como este, se não acontecesse política semelhante, o caos estaria instalado no Estado do Paraná, porque de fato nós teríamos situações mais deprimentes, mais caóticas, de esvaziamento do serviço público, como hoje denunciou a televisão brasileira a nível nacional e a nível de Estado, de disciplinas que não têm professores porque não se sujeitam ao tipo de salário que se paga hoje a esses trabalhadores. Perdas de mais de 200% e dizer que a partir de janeiro de 92, nós teremos categorias recebendo até, nunca menos de 100% de reajuste, é esquecer a realidade pela qual estão passando os servidores do Paraná.

As perdas hoje ultrapassam a 200% e nenhuma recuperação houve muito bem frisou Vossa Excelência, porque os servidores do Paraná receberam um mísero abono que não se incorpora às suas vantagens e apenas uma reposição de 20% que nós não consideramos aqui como uma proposta de reajuste.

Lamento profundamente também, e quero registrar o descontentamento quando vemos no momento em que o servidor pacificamente protesta dizendo e alertando os governantes deste Estado da situação em que se encontra, a ameaça vergonhosa pela força da ditadura do governo dizer que vai descontar o final de semana remunerado.

Isto simplesmente é ter saudade do que fez de fato o regime militar, condenado pelos atuais cidadãos que se encontram nos Poderes e naquela época em que ocupava estas tribunas também se diziam defensores da democracia.

Lamentavelmente no Poder faz-se justamente aquilo que os regimes militares... (término do tempo)

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos mais uma vez frisar aquilo que aqui já dissemos em diferentes momentos, na hora em que este Parlamento descobrir a força que tem e a forma como foi eleito, democraticamente quando se pediu voto ao trabalhador e ao eleitor do Paraná, provavelmente não estaremos aqui tendo a preocupação de nos fecharmos e acobertarmos conchavos e acobertarmos benesses, mas estaremos defendendo com certeza os interesses do Paraná, como muito bem frisou desta tribuna hoje sua Excelência o Deputado Tadeu Lúcio Machado, aparteado por diversas vezes.

O que o governo do Paraná não tem reconhecido e as injustiças praticadas, provavelmente o Poder Judiciário tem reconhecido, como reconheceu o direito da greve da Saúde dando garantia de não desconto dos dias parados.

E está reconhecendo também o que aqui afirmávamos há poucos dias: a arbitrariedade do decreto das eleições nas escolas públicas, concedendo liminar e o direito de democracia das mesmas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PTB com a palavra. (Declina).

PST. Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTARIO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Hoje na sessão que estamos acompanhando, realmente uma sessão importante, mostrando total independência deste Poder, aqui trazendo diversos assuntos, entre eles o abordado pelo Deputado Valdir Rossoni, que coloca a preocupação de todos nós com o aumento desenfreado da passagem de ônibus. E sobre este assunto, o assunto do transporte coletivo da região metropolitana, devo dizer que me sinto muito à vontade, não vou questionar este aumento, porque represento a região metropolitana de Curitiba e na região metropolitana de Curitiba não houve este aumento.

O aumento desenfreado foi precisamente no interior do Estado do Paraná. Existem três classes distintas hoje: o transporte de Curitiba, comandado pelo Prefeito Jaime Lerner; o transporte da Região Metropolitana pelo DSTC; e também o transporte do interior, comandado pelo DSTC.

Mas, eu só queria evitar uma injustiça que se pode colocar com respeito ao Governador Roberto Requião. O então prefeito de Curitiba, Roberto Requião, sensibilizado pelo trabalhador da periferia de Curitiba, sensibilizado por este que sai dos municí-

pios vizinhos e que vem emprestar o seu trabalho em riqueza da Cidade de Curitiba, é que houve por bem, quando Prefeito da Capital, juntamente com o Prefeito de Mandirituba daquela época, lançar um tratado, um contrato para integração do transporte coletivo, que existe até hoje, graças à coragem e à bondade do reconhecimento desse contrato assinado pelo Requião, pelo atual Prefeito Jaime Lerner que nós, aqui de público, queremos agradecer a este estadista, administrador da Capital do Paraná, que houve por bem assumir o compromisso antes firmado entre Curitiba e Mandirituba.

E a integração existe: são 20 mil pessoas que todo dia usam o transporte integrado Fazenda Rio Grande até a cidade de Curitiba. Jaime Lerner e Francisco Claudino, Prefeitos que nos substituíram, houveram por bem, em benefício da população trabalhadora e mais pobre da Região Metropolitana enfrentar esse desafio e, antes que isso acontecesse, eu fui o Prefeito do transporte coletivo, e acho que esse transporte deve ser subsidiado até mesmo pelo Governo, porque é um absurdo o trabalhador da Região Metropolitana chegar a pagar três passagens.

E nós fazemos um apelo ao Presidente do Bloco Metropolitano, Deputado Neivo Beraldin: vamos sensibilizar uma vez mais o Governador Requião, vamos sensibilizar o Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, e vamos resolver este problema, porque a Região Metropolitana tem o espírito da lei que diz que todos aqueles que convivem nesta região têm que ter um tratamento de igualdade. Nós, que representamos os municípios da periferia, já fazemos muito porque ficamos e arcamos com a responsabilidade da educação, da saúde, que fica a sua família no município, enquanto o trabalhador vem produzir a riqueza de Curitiba, e quando recebe o pagamento é aqui na Cidade de Curitiba que ele efetua a sua compra, uma vez mais contribuindo com ICMS à cidade de Curitiba.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Geraldo Cartário, que usa a tribuna nesta tarde, pode falar com tranquilidade sobre o transporte coletivo porque foi prefeito de Mandirituba e conseguiu na sua época, enquanto Prefeito, integrar o Município de Mandirituba a Curitiba, e naturalmente com apoio do Prefeito da época o Sr. Roberto Requião.

Mas, sobre o assunto da integração do transporte coletivo da região metropolitana, parece-me oportuno que os Deputados que compõem o Bloco Parlamentar da Região Metropolitana, convoquem o DSTC, que representa o Estado, e a URBS, representando

a Prefeitura de Curitiba e os prefeitos da região, para que façamos uma reunião ampla para que pare um pouco essa onda, essa vaidade exagerada de faturamento publicitário e que pensemos todos juntos de espírito desarmado, pensemos no usuário do transporte coletivo.

O Deputado Cartário, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Greca, Deputados que compõem a Região Metropolitana, que participaram do Seminário, juntamente com os Prefeitos e os técnicos, e convocarmos uma reunião de todos de entendimento da classe política para definitivamente podermos decidir em prol da população usuária do transporte coletivo da região metropolitana, deixando de lado a vaidade do Ligeirinho, deixando de lado a vaidade do DSTC, dos técnicos que querem aparecer, para pensar efetivamente no usuário do transporte coletivo.

O SR. GERALDO CARTARIO - Obrigado pelo aparte.

Pediria a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que me desse mais um horáriozinho, porque o motivo que me trouxe aqui não foi o transporte, foi uma exploração, porque sobre o transporte iremos falar oportunamente.

O SR. ANTONIO COSTENARO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria de ceder o horário do PFL.

O SR. GERALDO CARTARIO - Obrigado.

Agradeço a gentileza do Deputado Costenaro. Então, sobre o transporte, entramos mais um pouquinho, para depois falarmos sobre o litoral, com todo o respeito ao Deputado Fregonese que é o digno e legítimo representante do litoral desse Estado do Paraná.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, falando sobre o transporte coletivo, que o Deputado Cleiton tem uma preocupação muito grande também. Ele representa os municípios da região metropolitana e porque não falar da grande preocupação, do grande entendimento que tem sobre o assunto, de um dos homens que eu mais respeito neste Plenário, pela sua sabedoria e passado, passado honroso, que é o Deputado Erondy Silvério. E não podemos também omitir esses responsáveis pela comunicação da região metropolitana, como Algaci Túlio, que recebe cartas, telefonemas, como Luiz Carlos Martins, que aqui não está por estar acamado, como também o Deputado Carlos Simões. O que falta, na verdade, não é bombardearmos o Governador Requião, não é bombardearmos o Prefeito de Curitiba.

O que falta é uma sensibilidade inclusiva nossa, de fazermos um trabalho de mais profundidade para beneficiarmos a po-

pulação da região metropolitana que hoje é uma população que não é de Curitiba. Uma população de Guarapuava, viu Silvestri. Quantos de Guarapuava hoje estão morando na periferia de Curitiba e tantas regiões desse Estado.

É uma preocupação que deve ser de todos nós, porque todos os Deputados aqui com assento nesta Casa receberam e vão receber de novo, votos da periferia de Curitiba, porque são oriundos dos seus municípios, onde os Deputados representam.

Sobre o assunto - transporte coletivo -, eu espero, dentro de pouco tempo, abordar com mais propriedade, juntamente com os companheiros que congregam o Conselho Metropolitano de Curitiba.

Bom, está chegando o momento de tantos paranaenses, de tantos municípios e regiões do Estado, procurarem o litoral do Estado.

Ontem, conversando, quando aqui veio o Comandante da Polícia Militar, eu pedi a ele a condição de fornecer pelo menos dois ou três soldados, para distritos como Tringolândia, lá no Pien, onde o Deputado Swarowski foi o mais votado. Ele sabe que tem somente uma indústria, com mais de 400 operários e não existe sequer um soldado.

Eu pedia também para o Distrito de Cantanduvás, um distrito antigo de Contenda, uns dois ou três soldados, e pedia para outros distritos, como Areia Branca dos Assis, um distrito judiciário, inclusive, e o comandante da Polícia Militar me dizia que não adianta pedir, porque o Estado não tem condições, o Governador não permite contratações e estamos sem soldados, estamos sem poder atender a essas reivindicações.

Eu me preocupo porque no último feriado no litoral do Paraná, numa distância de 1.500 metros, vejam bem, Srs. Deputados, numa distância de 1.500 metros, morreram cinco pessoas afogadas. Imaginem agora na temporada. Quantas pessoas de diversos municípios do Estado vão perder a vida, precisamente porque não tem salva-vidas.

Eu apresento aqui um requerimento dirigido a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, que gostaria de contar com o apoio dos Srs. Deputados, e o qual eu passo a ler.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, propondo o repasse de verbas às Prefeituras Municipais da faixa litorânea de nosso Estado, a fim de atender despesas com o reforço da segurança nas praias, durante a temporada de verão.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(a) GERALDO CARTARIO

#### JUSTIFICATIVA:

O intenso fluxo de turistas às nossas praias, durante a temporada de verão, cria todos os anos o problema da segurança a beira-mar. É inestimável a qualidade dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros de nossa Polícia Militar, cujo efetivo, lamentavelmente, é muito reduzido. No último fim de semana, apenas num espaço de 1.500 metros morreram afogados cinco pessoas, o que demonstra o nível precário do padrão de segurança nas praias.

A finalidade dos recursos previstos neste requerimento, é dar às prefeituras do litoral condições para a contratação temporária de pessoal, com o fim específico de proporcionar cobertura e segurança aos turistas. Não é possível improvisar, nem deixar ao acaso as vidas humanas que ocorrem ao Litoral. Cabe ao Estado prever, prover e manter a salvaguarda dessas vidas. É nesse ponto que embasamos o requerimento.

O detalhe da contratação desse pessoal temporário ficar a cargo das prefeituras deve-se ao fato de que estas, pela proximidade e convivência, tem conhecimento dos problemas e mais condições para recrutar e selecionar pessoal temporário. Sabem, os que ocorrem ao litoral, de um serviço voluntário prestado por surfistas no alerta, na busca e no salvamento de nadadores afoitos e desavisados. Contratados, ainda, serão os pescadores artesanais do litoral, considerando que a maioria destes possui embarcações pequenas, de fácil manobrabilidade, para serviços de patrulha e salvamento. A critério das prefeituras, seriam, ainda, remunerados simbolicamente os surfistas que, comprovadamente, venham a prestar serviços de atendimento a banhistas.

Com o repasse dessas verbas acreditamos que os riscos na temporada poderão ser bastante minimizados.

O SR. GERALDO CARTARIO - (Termina de ler)

Este requerimento solicita apenas ao Governador uma pequena importância dentro do orçamento disponível para que, juntas, as três prefeituras do Litoral, possam arcar para que aqueles pescadores, aqueles "surfistas" locais possam emprestar serviços de salva-vidas e que hoje são, sem dúvida alguma, os que mais vêm salvando vidas no Litoral do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Pela ordem Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) O Horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Horário da Liderança já passou; mas como eu vou dar a palavra ao Deputado Orlando Pessuti em seguida dou a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço Vossa Excelência pela deferência de retornar a palavra à Liderança do PMDB e o fazemos porque queremos dar ciência a esta Casa, e desta forma oficialmente, dos ajustes salariais que foram definidos por Sua Excelência o Governador na tarde de hoje.

(Lê conforme xerox anexo - "Principais Pontos de Reajuste para Janeiro/92").

#### PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DE REAJUSTE PARA JANEIRO/92

##### 1) QUADRO GERAL

- Unificação das tabelas CLT e estatutária do Quadro Geral.
- Inclusão, nesta tabela unificada, das novas autarquias.
- Unificação da carreira dos servidores de nível superior.
- As categorias inicial e final, dos níveis operacional, médio e superior ficarão com a seguinte remuneração:

Operacional inicial	-	129.000,00
final	-	231.051,33
médio: inicial	-	171.699,00
final	-	450.815,84

superior: inicial - 541.498,85

final - 1.398.976,39

- Ampliação da carreira do pessoal de nível médio.

##### 2) MAGISTERIO DE 1º e 2º GRAUS.

- Inicial de remuneração do magistério, para 40 horas, fixadas em Cr\$ 347.902,38.
- Mudança do intervalo da tabela de 3,3% para 5%, resultando numa remuneração em final de carreira em Cr\$ 753.544,82.

##### 3) FISCALIZAÇÃO

Readequação da estrutura de remuneração do Quadro de Fiscais, de forma que o salário base seja mais próximo do total da remuneração, corrigindo a acumulação de gratificações sob mesmo título ou fundamento, o chamado "efeito cascata".

##### 4) CARGOS EM COMISSÃO

Reajuste linear de 135,5%.

##### 5) DIFERENÇA ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO

A relação entre a menor e a maior remuneração que é de 42 vezes passa a ser de 22 vezes.

A relação da menor remuneração em relação à remuneração do Secretário de Estado passa para 15 vezes.

E aqui nós temos, então, a Tabela completa e como ficará o quadro de salários dos Servidores do Estado.

(Lê conforme xerox anexo - "Secretários de Estado") ...

PROPOSTA DE REAJUSTE JANEIRO / 92	REMUNERAÇÃO ATUAL	REMUNERAÇÃO PROPOSTA	REAJUSTE %
Secretário de Estado	962.246,84	1.924.493,68	100,0
Quadro Geral - inicial operacional	30.889,33	129.000,00	317,62
- final operacional	85.158,24	231.051,33	171,32
- inicial nível médio	43.595,02	171.699,00	293,85
- final nível médio	134.813,35	450.815,84	234,40
- inicial superior - c/40%	118.611,89	541.498,85	356,53
- final sup. (72%RSE) - c/40%	545.048,66	1.398.976,39	156,67
PM - Coronel-s/adicionais (100% + 16,67%)	717.042,26	1.673.146,41	133,34
- Soldado 1a. CI (100% + 16,67%)	124.856,09	291.339,20	133,34
Polícia Civil - Ag. Segurança 4a. CI	167.268,20	334.536,40	100,0
- Perito Criminal 1a. CI	457.663,35	915.326,70	100,0
Magistério - PA1 - 01 40 horas	164.594,02	347.902,38	111,4
(5% int. nível) - PC3 - 01 40 horas	201.559,52	426.036,52	111,4
- PE5 - 11 40 horas	312.915,92	753.544,82	140,8
Fiscais - AF3 BI	643.299,43	1.286.598,86	100,0
- AF1 CIV	932.100,03	1.864.200,06	100,0
PGE - Procurador 5a. CI.	783.755,74	1.567.511,48	100,0
- Procurador 1a. CI.	962.246,84	1.924.492,88	100,0
Advogados - 5a. CI.	671.790,48	1.343.580,96	100,0
- 1a. CI.	824.782,55	1.649.565,10	100,0
Jornalistas - 5a. CI.	148.894,42	297.788,84	100,0
- 1a. CI.	337.074,05	674.148,10	100,0
Cargos em Comissão - DAS1	594.045,18	1.398.976,40	135,5
- DAS5	403.636,18	950.563,20	135,5
- 1C	185.440,94	389.613,41	135,5
- 15C	65.807,65	154.506,01	135,5
Delegados - 4a. CI.	701.477,65	1.402.955,30	100,0
- 1a. CI.	962.246,84	1.924.492,88	100,0
IES - Docentes - INICIAL 40 HORAS	278.489,76	556.979,52	100,0
- FINAL 40 HORAS (20% + 30%)	850.269,79	1.700.539,58	100,0

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentro daquilo que havíamos previamente, ainda não oficial, anunciado nesse Plenário, em função das informações que nos haviam sido prestadas pelo Deputado José Tavares que como disse, representou a Liderança do Governo e a Bancada do PMDB na reunião de hoje com Sua Excelência o Governador. Nós estamos aqui, trazendo ao conhecimento desta Assembléia, que para o mês de Janeiro a Mensagem que será enviada a Assembléia Legislativa, contemplará ajustes aos servidores públicos de no mínimo 100%, chegando a alguns níveis - nível inicial superior 356,53% - corrigindo desta forma distorções gravíssimas que existem no Estado do Paraná, principalmente no que diz respeito ao pessoal de nível superior da Secretaria da Agricultura, do IAPAR, e da Secretaria da Saúde, que estão com seus salários por demais defasados.

Concedo o aparte ao deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Só um esclarecimento, nobre Líder Orlando Pessuti, esses ajustes, essas tabelas elas passarão a vigorar a partir de 1º de Janeiro ou haverá um parcelamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A informação que nós temos, é que serão concedidas a partir de 1º de Janeiro, é o que está escrito aqui: Proposta de reajuste de janeiro de 92.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado (Aparte) - Eu só quero fazer um adendo a notícia alvissareira que Vossa Excelência dá, e posso afirmar com segurança que não vai corrigir nenhuma distorção.

Veja bem Vossa Excelência, se nós pegarmos um soldado da Polícia Militar, que percebe hoje 124.856,09; um salário mínimo atual, ou seja, de 42 mil cruzeiros, este soldado recebe 2,99% do salário mínimo. A partir de 1º de Janeiro, deverá o Governo Federal enviar uma Mensagem ao Congresso estipulando os salários em 95 mil cruzeiros ou alguma coisa a mais.

Se considerarmos que seja 95 mil cruzeiros, portanto, o vencimento de um soldado da Polícia Militar que passará a ser de 291.339,20, será exatamente de três salários mínimos, ou seja: o policial militar terá um ganho efetivo e real de 0,001%. Eu não vejo nenhuma correção nesse índice.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência ultimamente tem estado um tanto míope nas observações que faz. Porque não tem

visto nada de bom que acontece nesse Estado, tudo é calamidade, tudo é coisa ruim. Realmente eu lamento que Vossa Excelência, nesse período que esteve ausente da Assembléia Legislativa, tenha perdido um pouco da grande visão política que possuía de ver as coisas boas que acontecem nesta Casa.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Isto é aritmética - ciência exata.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu quero apenas concluir dentro do assunto que foi aqui abordado, e não tive oportunidade de apartear na ocasião ao Deputado Algaci Túlio, no que diz respeito as preocupações manifestadas aqui pelo Deputado Valdir Rossoni em especial, com referência ao transporte coletivo.

Eu quero dizer que estas preocupações não pertencem apenas ao Deputado e acredito que pertence a todos nós. Neste sentido já mantivemos contato com o Diretor do Departamento do Serviço de Transporte Coletivo, melhor dizendo comercial, César Benoliel (sic) e o mesmo se colocou à disposição para no dia em que previamente ajustarmos com as demais Lideranças, e comparecer a esta Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos acerca das dúvidas, acerca dos problemas aqui levantados.

Antes, ainda, de concluir nosso pronunciamento, nós gostaríamos de registrar, com muita satisfação em nosso nome e o nome do Deputado Severino Félix, a presença do Prefeito de São Jerônimo da Serra, Advilson, e a presença do Prefeito de Iretama, o nosso amigo Samy Sato (sic).

O SR. ADEMAR TRAIANO - Permite-me um aparte, nobre Líder do Governo? Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - As informações prestadas pelo Líder do Governo com relação aos aumentos abusivos e excessivos dados aos transportes coletivos do Estado do Paraná, nós queremos dizer ao Líder do Governo que o representante legal do Governo terá oportunidade de se manifestar aqui nesta Casa quando da instalação da CPI para apurar as possíveis irregularidades apresentadas nestes aumentos abusivos, concedidos às empresas de transportes coletivos e que nós já temos em mãos vinte e seis assinaturas de Parlamentares para fazermos com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja, realmente, constituída.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados, se preferirem podemos adotar a tortura japonesa, que é a tortura do silêncio.

Senhores Deputados, Senhor Líder do Governo: realmente, a manifestação de Vossa Excelência traz algum alívio a todos os habitantes do Estado do Paraná, porque efetivamente a situação do funcionalismo público está insuportável, compromete diretamente toda a qualidade dos serviços públicos essenciais do Estado, traz o desânimo e o descrédito entre os servidores e prejudica, conseqüentemente, a toda a população. É lamentável que medidas desta natureza estejam sendo adotadas apenas agora. É lamentável que o Governo do Estado tenha priorizado o equacionamento dos seus débitos para com os empreiteiros, a equalização das taxas de juros das certidões de crédito, do Banestado, etc,etc, e etc. E apenas agora se lembra daqueles que são a peça fundamental, a peça mestra do serviço público, que é o seu servidor.

Todavia, o motivo que nos traz a esta Tribuna é para fazer um alerta à Assembleia Legislativa do Paraná para que adote, doravante, um procedimento mais cauteloso quando se trata de aprovar moções de reconhecimento ao trabalho deste ou daquele administrador público. Estas moções de caráter meramente bajulatório, no nosso entendimento prejudicam sobremaneira o Poder Legislativo do Paraná.

Nos insurgimos, recentemente, quando a Bancada do Governo utilizou o Poder Legislativo e este Plenário para aprovar uma moção de apoio ao trabalho do Secretário da Agricultura. Acharíamos que seria mais conveniente a Bancada se reunir com o Secretário e lhe oferecer um jantar, um churrasco e ali fazer os discursos homenageando o referido administrador.

O mesmo ocorreu, recentemente também, com relação ao nosso Ministro da Saúde, Deputado Alcení Guerra. Nós alertamos a esta Casa que a moção de apoio ao trabalho era inconveniente, era precipitada e infelizmente somos obrigados a constatar que nós tínhamos razão. Na ocasião, somaram diversos pronunciamentos, falando que a homenagem ao Ministro era oportuna, que era conforme os interesses do Estado do Paraná, afinal de contas tínhamos um cidadão num dos mais altos cargos da República do Brasil, tem sido generoso na distribuição de verbas para o nosso Estado. Mas, infelizmente, as coisas não andam muito bem hoje no Ministério da Saúde. O Paraná, hoje é obrigado a ver o seu filho ilustre sendo manchete de jornais a nível nacio-

nal, e que informam claros indícios de irregularidade na contratação de uma empresa, do Estado do Paraná, que irá receber a generosa e volumosa quantia de 18 bilhões de cruzeiros, mais de vinte milhões de dólares, apenas com a incumbência de efetuar a fiscalização de uma outra empresa que é encarregada de implantar a construção dos chamados CIACs, Centros de Educação Integral às Crianças do Estado. Um contrato feito sem licitação, na ordem de 20 milhões de dólares, patrocinado sob a chancela do Ministro da Saúde do Estado do Paraná, e que, aos poucos vai se revelando que esta empresa, constituída com a única finalidade de abocanhar esta verba, que tem inclusive, entre os seus técnicos, um dos integrantes da comissão que julgou a própria licitação para a construção destes CIACs!

Nós temos, infelizmente, um Estado do Paraná, recebendo verbas de uma forma que nós possivelmente não gostaríamos que chegasse ao Estado do Paraná. O Paraná deve exigir o seu lugar ao sol, deve exigir as verbas a que tem direito a contrapartida pela produção que detém o nosso Estado, mas, fundamentalmente, queremos no Paraná, que é um Estado construído pelo trabalho do seu povo, queremos o dinheiro limpo, o dinheiro justo, o dinheiro que nos cabe!

Deve o Ministro da Saúde do Brasil, claras, transparentes e satisfatórias explicações à opinião pública do nosso Estado! Nesse momento, em que nós estamos aqui discutindo a situação de miséria do funcionalismo público, nesse momento em que o Governo Federal se recusa sequer a cumprir a Constituição da República do Brasil, com relação ao tocante ao salário mínimo, nós não podemos admitir que o nosso País pague 18 bilhões de cruzeiros para um grupo de amigos do nosso Ministro, sem licitação nenhuma, para fiscalizar, vejam bem, Senhores Deputados, para fiscalizar a construção dos CIACs! Até quando? Até quando a miséria será utilizada como fonte de corrupção, como foi o caso da LBA? Até quando a recuperação da nossa infância e das nossas crianças será utilizada como fonte de enriquecimento ilícito de políticos, em nosso País? Esses que estão até com as unhas carcomidas, nem unhas têm mais, de tando escavar os cofres públicos! Não podemos aceitar calados este crime que se comete uma vez mais contra o povo brasileiro!

Concedo o aparte ao nobre Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Deputado, é muito grave a acusação de Vossa Excelência, e o ônus da prova é de quem acusa. Então Vossa Excelência poderia a

esse Parlamento oferecer as provas para que possamos fazer um juízo correto do comportamento do Senhor Ministro da Saúde, a quem não estou ligado por laços partidários e também não conhecê-lo pessoalmente e desconhecer até mesmo o seu comportamento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Um minuto para concluir o seu discurso.

O SR. ERNANI PUDELL - Um minuto para responder ao nobre Deputado Colombino Grassano.

Eu quero apenas, lembrar nobre Deputado que se trata de dinheiro público, o ônus da prova, data vênua, cabe ao administrador comprovar com os critérios de transparência obedecendo os princípios da publicidade, da moralidade pública, a correta utilização dos recursos: vinte milhões de dólares Senhor Deputado que foram colocados à disposição de uma empresa, cujo critério anunciado pelo Senhor Ministro para a concessão e aprovação do contrato foi o notório conhecimento técnico e honestidade desses técnicos. Data vênua, Senhor Deputado, nós entendemos que...

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - A questão levada a tribuna pelo Deputado Ernani Pudell foi levantado pela Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores e pedido auditoria junto ao Tribunal de Contas da União, cabe ao Tribunal auditar e comprovar ou não esta denúncia que está sendo veiculada por toda a imprensa.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Embora o respeito que eu tenho pelo orador e não é falta de consideração, mas o que me parece o Partido da Frente Liberal já havia cedido o horário de liderança ao nobre Deputado Geraldo Cartário. Desse jeito, nós vamos até a meia-noite aqui Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Deputado Costenaro cedeu, mas o Deputado Cartário ocupou somente dois minutos.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - O PMDB já havia utilizado o seu horário com o Deputado Eurides Moura, entretanto, Vossa Excelência concedeu ao Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência tem razão, mas nós estamos vivendo numa Democracia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado Senhor Presidente, apenas os minutos que restam da concessão que o Deputado Líder fez ao outro Partido e serei muito rápido. Mas, não poderia deixar em brancas nuvens a presença lastimável do Deputado Líder do PT nesta tribuna na agressão que faz ao Ministro da Saúde, não por ser o único Ministro do Paraná em Brasília, até por isso, mas porque até agora o Ministro Alcení tem se comportado e se conduzido e conduzindo o Ministro da Saúde com dignidade, honradez e com capacidade. Ele está presente em todos os Estados do Brasil, principalmente nesta campanha de cólera, com a agressividade que exige e com os poucos recursos que dispõe, não só do Paraná, na terra que lhe deu dois mandatos de Deputado Federal, mas presente em todo o Brasil. Mas, ainda, é quem pode destinar ao Paraná recursos, não só na construção de futuras escolas, mas de toda a rede de saúde do Estado do Paraná, e lamentavelmente vem o nobre Líder, competente Líder do PT nesta Casa, para fazer uma denúncia baseado em notícias da imprensa, que certamente, sem dúvida alguma muito malévola, até por ser o Alcení do Paraná; e nós aqui ainda informados pelo ilustre Deputado Rosinha que a sua Bancada no Congresso Nacional pediu uma CPI. Não se pode pronunciar antes uma auditoria e não se pode, malevolamente, referir-se a uma conclusão que não existe. Por isso cumprimento o Deputado Colombino que em boa hora, em bom momento apartou o Deputado Pudell, dizendo: "Primeiro as provas, depois o discurso fácil, da denúncia fácil e quase irresponsável".

O Paraná precisa de mais Alcenis Guerra em Brasília! Nós sabemos que o Sul do Brasil tem pouca representatividade e as nossas verbas no Orçamento da União são uma vergonha, as dotações destinadas aos Estados do Sul. E agora, ainda, esta Casa se levanta com fundamento numa denúncia que não se sabe de onde veio e porque veio, nós aqui do Paraná a agredir um Ministro que nos honra a todo o instante em Brasília.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, comunicando sua ausência na sessão do dia 25 do corrente mês, em virtude de realização de exames de saúde. A

Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a anexação ao Projeto de Resolução nº 035/91 de documentos comprovando: número de habitantes e número de eleitores. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Resolução nº 075/91. Deferido.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta o Plenário se votaremos sistema Aníbal Khury ou sistema eletrônico.

(sistema Aníbal Khury).

Vamos então para a votação nominal.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, altera dispositivos da Lei Estadual nº 7.777, de 13 de dezembro de 1983, que trata da gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade ANEXO PROJETO DE LEI Nº 110/91 de autoria do Deputado RAFAEL GRECA. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar)

Senhor Presidente, nós tivemos a oportunidade de, na semana passada, procedermos ao encaminhamento dessa proposta que é da lavra do Deputado Algaci Túlio e anexado ao mesmo Projeto do Deputado Rafael Greca. Em todas as considerações e afirmações que fizemos neste Plenário, em nenhum momento dissemos que éramos contra o mérito da iniciativa ou até mesmo a justeza da proposta que estava aqui sendo apreciada. Mas em todas as ocasiões que neste Plenário nos manifestamos ou que através de manifestações à Imprensa, fomos chamados a opinar, em todas elas reafirmamos o nosso posicionamento com referência à constitucionalidade da iniciativa destas propostas.

Todos nós sabemos que a Constituição

Federal; a Constituição do Estado é clara quando diz da competência privativa de Sua Excelência o Governador e não dos itens dos incisos, dos parágrafos ali existentes, está bem claro que tudo aquilo que tratar de aumento a servidor, tudo aquilo que tratar de regime jurídico do funcionalismo público deste Estado, é competência privativa do Governador do Estado portanto, a iniciativa desta proposição é da competência privativa do Governador.

Por essa razão, não analisando o mérito da proposta, não analisando o direito ou até mesmo a necessidade que tem os servidores públicos deste Estado, ligados ao IPE de receber o 13º salário e tendo em vista também, como afirmamos, que o Poder Executivo do Estado e isso ainda hoje foi anunciado pelo Secretário Heron Arzua ao nosso Líder, Deputado José Tavares, de que o Governo do Estado remeterá a esse Poder Legislativo nos próximos dias, mensagem instituindo a previdência estadual, o Fundo de Previdência Estadual onde, este assunto também estará sendo abordado.

Por estas razões e, principalmente, pela questão da constitucionalidade, é que recomendamos aos Senhores Deputados que votem "não" ao Projeto de Lei nº 84/91, em processo de votação neste momento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mantemos a nossa posição, já colocada em primeira discussão e todas as informações que passamos ao plenário. Mais uma vez, voltamos a dizer que o IPE está pronto, já fez as folhas de pagamento 13º salário, às viúvas, aos pensionistas, 13º salário integral. A Justiça já deu ganho de causa a muitos que recorreram a este direito. Portanto, é um direito líquido e certo que têm a viúva, o pensionista do IPE, no recebimento do 13º salário integral.

Além do mais, tomei conhecimento agora à tarde de que o Governador do Estado me encaminha uma resposta a respeito dos questionamentos que fiz ao IPE, ainda não tenho em mãos o documento mas tomei conhecimento por cima. Ao questionamento, será que o Governo deve ao IPE, ou o IPE deve ao Governo, quer dizer está tão difícil a situação... E agora o Governo contrata um homem de Brasília para vir aqui ajeitar a situação previdenciária.

E aliás o panfleto que hoje foi distribuído pelo Núcleo Sindical de Curitiba, Região Metropolitana, da APP Sindicato, num dos itens fala assim: "vejam o que Requião está fazendo contra a educação". E

lã no segundo item diz: "quero jogar a conta do IPE para os servidores".

Então vejam, Senhores Deputados, que a coisa realmente é muito séria. O IPE está sujeito de repente a desaparecer, como já desapareceu a questão do atendimento médico no Governo Alvaro Dias.

Então convido aos Deputados, conscientes da responsabilidade, de que votemos mais uma vez favoráveis a este projeto, restabelecendo um direito ao pensionista, à viúva, de receber o seu 13º salário integral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, solicito votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Somente através de requerimento escrito.

O SR. ALGACI TULIO - Já encaminho à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio solicitando votação nominal. Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitam o requerimento. Dezenove aprovam.

Rejeitado o requerimento.

Os Senhores que aprovam o projeto queiram levantar-se. Dezenove aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e cinco rejeitam.

Rejeitado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, cria no Estado do Paraná, Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada "Serra da Esperança". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/91, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "Egon Pudell", conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu peço para impedir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está impedido.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

484/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 102/91, autoriza o Poder Executivo, nos termos do Art. 10 da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita ao Município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 106/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 82 - Convênios com Órgãos não Federais, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza o Poder Executivo a implantar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO, AO PROJETO DE LEI Nº 503/91

Artigo Único - O Artigo 4º, do Projeto de Lei em epígrafe, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias".

Sala das Sessões, em 26.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Domingos Carvalho, Severino Félix, Dobrandino da Silva, Nelson Garcia. JUSTIFICATIVA:

Ao sopesarmos a lírica justificativa acrescentada ao Projeto de Lei em questão, verificamos a existência de motivos denotativos, bem como a conotação subjetiva que pretende ser afastada pelos adeptos do liberalismo "moderno", a saber, a diminuição da interferência estatal na economia, aproximando este País e, conseqüentemente, o Paraná da tão decantada modernidade. A não concessão de incentivos de qualquer

ordem, é um dos postulados mais relevantes da doutrina citada, como corolário do princípio de que o subsídio concedido a alguns deverá, necessariamente, ser custeado por todos.

Por se tratar, evidentemente, de um Projeto autoritário, devemos entender que o prazo dado para a regulamentação é de ser estendido, ainda que a estipulação de prazo em proposição autorizatória nos pareça um tanto quanto paradoxal.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Lê emenda. Aprovado o Projeto. A emenda de autoria do Deputado Orlando Pessuti vai à C.C.J.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Gostaria de saber se essa emenda já foi apreciada pela C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ela vai voltar agora.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, declara de Utilidade Pública o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos-DIEESE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 116/91, concede reajuste de 20% aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de novembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 067/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, autoriza a realização de plebiscito objetivando a incorporação de parte territorial do Município da Lapa ao de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 067/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Resolução nº 067/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3220, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3205, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3202, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3201, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3206, 3207, 3208, 3209, 3210, 3211, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3215, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3213, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3217, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa..

Requerimento de nº 3221, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3203, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3218, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3223, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3219, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3184, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3212-A, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- A Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Requerimento de nº 3212, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3214, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3185, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

O SR. MARIO BEZERRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, eu acho que não é papel da Assembléia se envolver em problemas de empresas privadas. Não é atribuição constitucional da Assembléia Legislativa, portanto, respeitosamente eu me dirijo à Bancada do PT, tenho que discordar do requerimento e pedir para que os nobres Pais reprovem tal requerimento.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, me cabe neste momento, não estou autorizado, não tenho procuração, mas quando se fere a dignidade, nós temos que ter o bom senso e, acima de tudo, o respeito deste Poder Legislativo. Quando falo, eu falo em nome do Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente do Diretório Regional do Paraná do Partido Trabalhista Brasileiro.

Esta solicitação feita hoje, através desse requerimento dos Senhores Deputados do Partido dos Trabalhadores, é de que nós não podemos aceitar de forma nenhuma esta proposição, uma vez que se trata, colocou muito bem o Deputado Mário Bezerra, de uma firma privada, constituída pelos seus sócios majoritários. É uma questão de que o tumulto, se é que houve lá dentro, é de uma empresa particular que pegou as obras

a construir, não tem nada a ver com o presidente que está hoje construindo a INPACEL, que é o Dr. Carvalhinho. E nós não podemos misturar, Senhores Deputados: é uma questão de uma empresa, seja ela de quem for, que está e vai gerar empregos ao Paraná, nós não sabemos se houve até infiltração de algumas pessoas do Partido dos Trabalhadores para fazer esse tumulto, que é a prática do PT. Então, nós temos que ter uma cautela e, acima de tudo, bom senso.

Eu faço um apelo aos Senhores Deputados para não misturarmos a nossa posição como Deputados, como legisladores, de fiscalizar o Governo e os seus órgãos; esta é a função do Parlamentar, mas não é a função de intervir em firma particular.

Então, eu faço um apelo à Casa, ressaltando aqui a integridade que tem o Dr. José Carlos Gomes de Carvalho aqui no Paraná como empresário conceituado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa só quer informar à Casa que recebeu, antes da votação, um ofício do Dr. José Carlos Gomes de Carvalho no seguinte sentido.

(Lê:)

INPACEL Indústria de Papel e Celulose Arapoti S/A.

Curitiba, 26 de novembro de 1991.

Exmo. Sr.

Deputado Anibal Khury

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná - Nesta

Tendo conhecimento de denúncia formulada ontem, dia 25 de novembro de 1991, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, no Plenário dessa Assembléia, sobre as condições de trabalho do canteiro de obras da Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. - INPACEL, vimos à presença de Vossa Excelência no sentido de convidá-lo, bem como os demais Parlamentares para uma visita àquela indústria, para que verifiquem "in loco", a grandiosidade da obra que ali está sendo realizada e os benefícios econômicos e sociais que a mesma trará ao Paraná, bem como, as condições de trabalho ali existentes.

Aguardando instruções de Vossa Excelência, comunico-lhe que colocaremos à sua disposição, tão logo nos informe dia e hora, os meios necessários para locomoção e alojamento dos Senhores Deputados.

Sem outro particular, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE ARAPOTI S.A.  
INPACEL



JOSE CARLOS GOMES DE CARVALHO

Diretor Presidente

(Termina de ler).

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, inicialmente eu gostaria de dizer que aparentemente estaremos nos imiscuindo numa empresa privada que é construída com 43% de recursos públicos; primeiro ponto, Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, embora o grupo proprietário da empresa certamente teria recursos suficientes para construir a obra sozinho, mas não estamos discutindo o mérito, muito menos estamos procurando atacar a pessoa do dirigente da empresa ou a empresa.

Quem prestou atenção ao encaminhamento do nosso requerimento ontem, verificou que estávamos denunciando uma empresa empreiteira que está construindo a obra, não a empresa INPACEL, mas uma empresa que presta serviço, que foi contratada pela INPACEL para construir a obra, mostramos através de um "fax", um bilhete, onde o chefe do Departamento Pessoal desta empresa coloca um trabalhador na lista negra que afronta a Constituição do nosso País, é um crime contra a organização do trabalho, é uma forma de impedir o exercício de ofício de profissão, também crime capitulado no Código Penal Brasileiro, houve tumultos com empregados, houve a presença da Polícia Militar e não cabe à Assembleia Legislativa do Paraná fiscalizar o cumprimento da Legislação do Trabalho. A divisão dos poderes no Brasil estabelece que essa é uma atribuição do Governo Federal através do Ministério do Trabalho, ao qual estamos solicitando à luz das denúncias que seja procedida a realização de uma vistoria e esta vistoria seja feita pelos técnicos especializados em higiene, segurança do trabalho e irão dizer se a empresa contratada pela INPACEL, que não é INPACEL, se efetivamente está cumprindo a Legislação Trabalhista ou não.

Agora nós não podemos sob hipótese, através deste Poder Legislativo, acobertar certas coisas, ou nos calar diante de alguns fatos que são noticiados e veiculados apenas porque poderemos, eventualmente, por tabela, atingir num segundo momento algumas das pessoas que partiram do nosso convívio e muitas vezes do nosso apoio às candidaturas de vários Deputados aqui presentes.

Então de forma que, o nosso requerimento é perfeitamente adequado, ele é fundamental porque ele está de acordo inclusive com a determinação da Assembleia Legislativa do Paraná em zelar pelo cumprimento dos direitos sociais, dos direitos

humanos conforme a própria Constituição do Estado do Paraná prescreve e nós podemos até dizer, Senhor Presidente, que sentimos-nos honrados pelo convite do ilustre Presidente da INPACEL. Talvez alguns dos Parlamentares terão interesse em lá visitar a obra, a indústria, a qual nós não negamos a importância econômica dela, em momento algum, agora não podemos confundir as coisas, o que estamos requerendo é o encaminhamento de um ofício ao Ministério do Trabalho para que ele proceda a verificação das denúncias sobre desrespeito à legislação do trabalho, com relação a uma das empreiteiras da INPACEL, essa é a questão fundamental.

Então eu não entendo o porquê da resistência de alguns Parlamentares ou talvez não tenham entendido o nosso requerimento ou a forma como encaminhamos este requerimento.

Apenas dizemos que, em se tratando de um grande empreendimento, construído com dinheiro público, que tem à testa da presidência desse empreendimento um Senador do Estado do Paraná, eu entendo que essa figura pública, o Senador, jamais poderia ter interesse em acobertar fatos que atentem a dignidade dos trabalhadores, ele inclusive é um integrante do Partido Trabalhista Brasileiro, de longa tradição na defesa dos direitos dos trabalhadores. Entendo que o Senador não tem interesse nenhum em acobertar algo que uma empresa terceira está fazendo e que inclusive pode prejudicar a imagem do grupo.

Caberia isso sim, se o Ministério do Trabalho fosse lá e constatasse uma irregularidade, aí sim, cabe ao Senador, ao representante da empresa adotar as punições, uma forma de rompimento, de penalização da empresa que inclusive está comprometendo a imagem do Grupo INPACEL. Esta é a questão fundamental. Então, entendo que o nosso Requerimento é oportuno. Em momento algum, visa atacar a empresa INPACEL ou a figura do Senador do Estado do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a sugestão da Bancada do PT à Delegacia Regional do Trabalho, pode-se fazer sem a intermediação da Mesa da Assembleia, porque seria um ato normal da Delegacia Regional do Trabalho inspecionar canteiros de obras. Por outro lado, os paranaenses de tradição, os que conhecemos, a pessoa do José Carlos Gomes de Carvalho, sabemos que é um dos empresários mais modernos deste Estado e talvez até deste País. Não dá para entender de maneira alguma qualquer insinuação de exploração de mão-de-obra escrava, de subserviência nas empresas dirigidas pelo Carvalhinho. Na

verdade nós que conhecemos o Carvalhinho, desde o tempo em que ele trabalhava com o Senhor Felipe, na revenda de veículos da Volkswagen, sabemos que ele prima por todos os direitos trabalhistas e por uma extrema valorização e promoção dos seus funcionários. De mais a mais ele está nos convidando para irmos ver o canteiro de obras da INPACEL. Então parece-me que a matéria está vencida. Não tem o menor problema que uma Comissão da Assembleia vá e a Delegacia do Trabalho também vá lá, porque eu tenho a impressão que a coisa não é por aí. Se o Carvalhinho dá algum pulo não é exatamente na exploração dos seus operários, muito menos no canteiro de obras desse empreendimento, modelo que ele está conduzindo lá no norte do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. REJEITADO.

O Sr. Ernani Pudell - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se. (Pausa). Trinta e um rejeitam. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa). Três Deputados aprovam.

O Sr. Ernani Pudell - Eu quero registrar uma abstenção, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu só quero afirmar ao Deputado Ernani Pudell de que eu tenho profundo conhecimento do Requerimento dele e da Bancada do PT porque eu tenho um xerox na mão. E se eu discutir a questão, ilustre Deputado, discordo totalmente da Assembleia Legislativa se envolver em propriedades particulares. Não compete a nós esta missão. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às Lideranças que queiram participar dessa viagem...

O Sr. Ernani Pudell - Só uma questão de esclarecimento, Senhor Presidente, atentado contra a organização no trabalho, a dignidade às pessoas é de ação pública, independente onde ocorram, dentro de propriedades particulares ou de prédios públicos e cabe ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, conforme determina a nossa Constituição, zelar por isto.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Assim como a invasão de terras no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 505/91, 521/91, 528/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 094/91, 227/91 e dos Projetos de Resolução nºs 075/91 e 076/91.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1991.

"Bandeira Esfarrapada", de autoria da advogada ANITA ZIPPIN MONTEIRO DA SILVA.

Que bandeira linda tremulando ali na praça!

Gente vem, gente vai e são poucos aqueles que olham para cima e conseguem ver a beleza do verde, do amarelo, do azul e do branco, em meio às nuvens.

Entender cada cor fica para os mais cultos, porque são raros os professores que hoje ensinam um pouco de civismo em suas aulas. Alguns alegam não ser da sua área, mas poderiam colocar em todas as matérias a explicação para os alunos, chamando a atenção para reverenciarem o pedaço de pano que significa a Pátria.

Que bandeira empoeirada!

Carros passam, soltam fumaça, mais a poeira natural, acabam escurecendo as fortes cores estampadas ali naquela praça. Ninguém sobe para lavar, tampouco entendem porque o colorido está tão desbotado.

Que bandeira baixa!

Poucos sabem que se o símbolo da Pátria está a meio pau, é porque a nação está enlutada. Alguém de relevante valor nacional deve ter falecido. Passam, o pano é esfregado no nariz de muitos e são poucos aqueles que vão atrás da notícia, sabendo quem o País está reverenciando.

Que bandeira molhada!

Pudera! A chuva foi forte. Lavou o pó, em compensação, misturou as riquezas, fazendo com que o verde desbotasse no amarelo e este no branco, ficando totalmente obscuras as estrelas. Que estrelas? Aquelas que representam cada Estado brasilei-

ro.

Que bandeira rasgada!

As autoridades fazem trajeto obrigatório por ali e, no momento certo, é mais fácil assoviar e olhar para o lado. Afinal, para trocar a bandeira requer esforço muito grande, além de onerar os cofres públicos. Eles não pensam em diminuir as mordomias, tampouco o nepotismo ou clientelismo! E o pano não vota.

Que bandeira teimosa!

Não quer mais tremular. Como se tivesse querendo próprio. Como é que lá fora ela desfila ao lado de todas, enfeitando o paço das Nações Unidas? Acontece que aqui ninguém dá o devido valor. Ela está cansada de ser passada para trás e valer menos do que os pedaços de tecido em manifestações de profissionais insatisfeitos, as famosas faixas.

Que bandeira sonhadora!

Pensa que pode desfilar nas escolas, subir ao som de música que muitos chamam de Hino Nacional e se acha a mais importante perante o mundo. Não sabe que as azuis ou as vermelhas é que estão na moda? Verde e amarelo? Que cores!

Que bandeira infeliz!

Acaba de descer do mastro e, aos farapos, segue para a incineração. Outra chegará em seu lugar. De que cor? Ainda, para a felicidade da nação, será verde, amarela, azul e branca.

Que bandeira esfarrapada!

Quer resistir ao fogo e apontar todos os óbices que a nova irá passar. Se a mais bela pensa que o povo notará, está enganada. Acabará como esta, num final infeliz, em cinzas, nada mais.

Neste Dia da Bandeira, quando alguma tremular à nossa frente, lembremos do destino de todas, que sofrem mais com a indiferença do que com o previsível final.

O Hino Nacional deverá voltar a ser tocado em todas as solenidades, bem como o

hasteamento da bandeira trará o caráter de patriotismo, hoje tão esquecido.

Que a Bandeira do Brasil volte a valer ouro, com as matas restantes a serem preservadas, para que as estrelas brilhem no céu, enquanto aqui deverá imperar em todos os corações a Ordem e o Progresso.

Feliz Dia da Bandeira!

Para quem não mais se lembra, é no dia 19 de novembro.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÓLIO, COM APOIAMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1991.

### "O Preço da Covardia"

(Jornal do Estado)

O atentado ao gabinete do Diretor-Presidente do Jornal do Estado, jornalista Roberto Barrozo, no segundo andar da Galeria Ritz, no centro de Curitiba, na madrugada de ontem, foi um fato lamentável. Nós tememos que tenha sido atitude de gente descontente com a linha editorial do jornal e sua postura corajosa de denunciar atos irregulares. Não acreditamos que os atos tenham partido de autoridades, mas em toda sociedade e em todos os partidos há elementos capazes de ações violentas como esta para intimidar os jornalistas e o jornalismo independentes. Não conseguiram.

O atentado ao J.E. não intimida o Diretor-Presidente Roberto Barrozo, que tem tradição de luta na denúncia de irregularidades, a qualquer preço.

Pode até ter sido ação de ladrões comuns. Estamos esperando a resultado das investigações policiais e a apresentação dos criminosos. Até lá, nos reservamos o direito de suspeitar de um covarde atentado político, tentando calar a nossa voz. Não nos intimidamos.

Vamos continuar.